



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciência da Informação - FCI
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCINF

ALEX DE OLIVEIRA COSTA

O diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia: intersecções e ressignificações do princípio da proveniência e dos conceitos de documento de arquivo e organicidade

Brasília

2019

ALEX DE OLIVEIRA COSTA

O diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia: intersecções e ressignificações do princípio da proveniência e dos conceitos de documento de arquivo e organicidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de pesquisa: Organização da Informação

Orientadora: Prof.^a Dra. Cynthia Roncaglio

Brasília

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CAL383d Costa, Alex de Oliveira
O diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia: intersecções e ressignificações do princípio da proveniência e dos conceitos de documento de arquivo e organicidade / Alex de Oliveira Costa; orientador Prof.^a Dra. Cynthia Roncaglio. -- Brasília, 2019.
104 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciência da Informação) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Arquivologia. 2. Documento de Arquivo. 3. Princípio da Proveniência. 4. Organicidade. I. Roncaglio, Prof.^a Dra. Cynthia, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "O diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia: intersecções e ressignificações do princípio da proveniência e dos conceitos de documento de arquivo e organicidade."

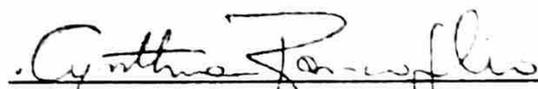
Autor (a): Alex de Oliveira Costa

Área de concentração: Gestão da informação

Linha de pesquisa: Organização da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação.

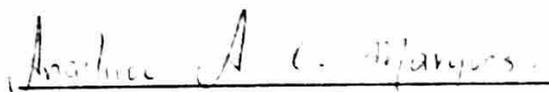
Dissertação aprovada em: 21 de março 2019.



Profª Drª Cynthia Roncaglio
Presidente (UnB/PPGCINF)



Profª Drª Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Membro Externo (FCI/UFF)



Profª Drª Angelica Alves da Cunha Marques
Membro Interno (UnB/PPGCINF)

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa Sousa
Suplente - (UnB/PPGCINF)

Dedico esta dissertação primeiramente a Deus, responsável pelo dom da vida, aos meus pais, Sivaldo e Gorete, e à minha amada esposa, Danielle.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo seu eterno cuidado.

À minha esposa Danielle, pelo companheirismo, suporte e amor.

Aos meus pais e familiares, por estarem sempre ao meu lado.

Aos amigos de vida e trabalho, pelos momentos vividos.

À minha orientadora Cynthia Roncaglio, pela competência na condução desta pesquisa.

Aos professores Angelica Alves da Cunha Marques, Clarissa Schmidt e Renato Tarciso Barbosa de Sousa, por aceitarem o convite para a banca examinadora e por suas considerações.

À professora Margareth da Silva, pelas importantes contribuições na banca examinadora do relatório intermediário.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

O princípio da proveniência e os conceitos de documento de arquivo e organicidade que norteiam a Arquivologia desde o século XIX parecem, pelo menos parcialmente, não serem mais suficientes para explicar e orientar a produção dos documentos arquivísticos contemporâneos. Portanto, o problema desta pesquisa está na compreensão de como esse princípio e conceitos estão sendo (re)interpretados, (des)construídos, (re)formulados, (re)visitados, ampliados, adaptados ou até negados pelas diferentes abordagens epistemológicas da área. A partir disso, esta dissertação tem como foco o diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia a respeito do seu objeto de estudo e princípios fundamentais. Assim, busca-se analisar os argumentos e pressupostos apresentados por essas vertentes que demonstrem as particularidades e as contribuições de cada uma. Nesse embate entre diferentes ideias, entendemos que distintas abordagens, consideradas às vezes antagônicas, podem dialogar entre si mediante processos de resignificação dos princípios e conceitos ao longo da própria dinâmica evolutiva da ciência. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória, analítica e descritiva, na qual o método adotado é o levantamento bibliográfico.

Palavras-Chave: Arquivologia; Documento de Arquivo; Princípio da Proveniência; Organicidade.

ABSTRACT

The principle of provenance and the concepts of record and organicity that guide Archival Science since the nineteenth century seem, at least partially, no longer sufficient to explain and guide the production of contemporary records. Therefore, the issue of this study is how this principle and concepts are being (re)interpreted, (de)constructed, (re)formulated, (re)visited, extended, adapted or even denied by different epistemological categories of the field. Based on this, this dissertation focuses on the dialogue between the classical, modern and contemporary aspects of the Archival Science regarding its object of study and fundamental principles. Thus, we seek to analyze the arguments and assumptions presented by these strands that demonstrate the particularities and contributions of each. In this clash between different ideas, we understand that different approaches, considered sometimes antagonistic, can dialogue with each other through processes of re-signification of principles and concepts throughout the evolutionary dynamics of science itself. The research is characterized as qualitative, of an exploratory, analytical and descriptive nature, in which the method adopted is the bibliographic survey.

Keywords: Archival Science; Record; Principle of Provenance; Organicity.

LISTA DE SIGLAS

AAB: Associação dos Arquivistas Brasileiros

ACCIS: *Advisory Committee for the Coordination of Information System*

ARMA: *Association of American Records Managers and Administrators*

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BRAPCI: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

CBA: Congresso Brasileiro de Arquivologia

FHETA: Fundamentos Históricos, Epistemológicos e Teóricos da Arquivologia

ICA: *International Council on Archives*

InterPARES: *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*

LISA: *Library and Information Science Abstracts*

PPGCINF: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

SAA: *Society of American Archivists*

UBC: *University of British Columbia*

UnB: Universidade de Brasília

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - SÍNTESE DAS VERTENTES DO PENSAMENTO CLÁSSICO.....	42
QUADRO 2 - SÍNTESE DAS VERTENTES DO PENSAMENTO MODERNO	56
QUADRO 3 - SÍNTESE DAS VERTENTES DO PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO	86

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. PROBLEMA	15
1.2. OBJETIVOS	16
1.2.1. OBJETIVO GERAL	16
1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
1.3. JUSTIFICATIVA	17
1.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
2. REFERENCIAIS TEÓRICOS	19
2.1. HISTÓRIA DOS CONCEITOS	19
2.2. TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA	22
2.3. ETHOS CIENTÍFICO	25
2.4. DISCURSO	26
3. REVISÃO DE LITERATURA	27
3.1. VERTENTES DO PENSAMENTO CLÁSSICO	28
3.1.1. MANUAL DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES (SAMUEL MULLER, JOHAN FEITH E ROBERT FRUIN)	29
3.1.2. MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ARQUIVO (HILARY JENKINSON)	32
3.1.3. MANUAL <i>ARCHIVÍSTICA</i> (EUGENIO CASANOVA)	36
3.1.4. MANUAL <i>ARCHIVKUNDE</i> (ADOLF BRENNEKE)	38
3.2. VERTENTES DO PENSAMENTO MODERNO	45
3.2.1. <i>MODERN ARCHIVES, PRINCIPLES & TECHNIQUES</i> (THEODORE ROOSEVELT SCHELLENBERG)	47
3.2.2. <i>SERIES SYSTEM</i> (PETER SCOTT)	52
3.3. VERTENTES DO PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO	58
3.3.1. ARQUIVÍSTICA INTEGRADA (CAROL COUTURE E JEAN-YVES ROUSSEAU)	58
3.3.2. <i>RECORDS CONTINUUM</i> (FRANK UPWARD E SUE MCKEMMISH)	61
3.3.3. ARQUIVÍSTICA FUNCIONAL/PÓS-MODERNA (TERRY COOK)	64
3.3.4. ARQUIVÍSTICA PÓS-CUSTODIAL (THEO THOMASSEN)	73

3.3.5. DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA/CONTEMPORÂNEA/MODERNA (LUCIANA DURANTI)	75
3.4. INTERSECÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DOS PRINCÍPIOS E CONCEITOS ARQUIVÍSTICOS	92
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99

1. INTRODUÇÃO

Devido às inovações tecnológicas, principalmente a partir da década de 1980, o debate teórico e prático a respeito de como a administração pública e privada registram e documentam suas ações e atividades ampliou-se, como se observa em diversos autores da área (DOLLAR, 1994; DURANTI, 2001; FUGUERAS e MUNDET, 2008; RONDINELLI, 2002, 2013). Tal discussão parte do pressuposto que princípios e conceitos fundamentais da Arquivologia seriam de difícil aplicação ante as exigências da realidade digital e seriam insuficientes para lidar com as ameaças que atingem os documentos contemporâneos. Essa questão desenvolveu-se principalmente no decorrer da transformação do objeto de trabalho dos arquivistas, o documento de arquivo, que passou a ser produzido digitalmente.

Apesar de identificarmos na literatura da área que as discussões se intensificaram a partir da década de 1980, consideramos necessário voltar nosso olhar ao final do século XIX, período no qual a Arquivologia despertou institucionalmente como área do conhecimento.

Assim, nos dispomos a analisar o princípio da proveniência e os conceitos de documento de arquivo e organicidade a partir de autores consagrados, desde o manual dos arquivistas holandeses (1898) até os pensadores contemporâneos. Identificamos que não seria possível, no delineamento de uma dissertação, estudarmos as perspectivas de todos os autores que fizeram parte da construção da Arquivologia. Porém, buscamos sintetizar os discursos que transitam na comunidade científica arquivística e selecionamos autores e suas respectivas obras usando os critérios da disponibilidade do acesso, compreensão e tradução das obras para o português e outros idiomas, bem como por serem reconhecidos internacionalmente na literatura da área pelo estabelecimento desse princípio e conceitos.

O presente trabalho está estruturado em quatro seções, além das referências. A primeira seção é constituída por esta introdução, onde encontra-se também a problemática, os objetivos gerais e específicos, a justificativa e os procedimentos metodológicos. A segunda seção é composta pelos referenciais teóricos utilizados na pesquisa, onde buscamos encontrar possíveis diálogos entre as contribuições da abordagem do historiador alemão Reinhart Koselleck – a história dos conceitos – e a

Arquivologia, além de abordarmos a questão da terminologia arquivística a partir de alguns relatos de tentativas de solução para os dissensos terminológicos no interior da comunidade científica arquivística. Apresentamos também na segunda seção os conceitos de “ethos” científico e discurso. Na terceira seção, fazemos uma revisão de literatura na qual descrevemos uma síntese dos diversos discursos, desde o manual dos arquivistas holandeses até os pensadores contemporâneos, presentes nos períodos clássico, moderno e contemporâneo da Arquivologia. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais sobre os resultados da pesquisa.

1.1. Problema

A partir das diferentes abordagens epistemológicas no âmbito da Arquivologia, o princípio da proveniência e os conceitos de documento de arquivo e organicidade que norteiam a teoria e a prática da área desde o século XIX parecem, pelo menos parcialmente, não serem mais suficientes para explicar e orientar a atual produção dos documentos arquivísticos, principalmente no tocante aos documentos digitais. Portanto, o problema colocado por esta pesquisa é como o princípio da proveniência e os conceitos de documento de arquivo e organicidade estão sendo (re)interpretados, (des)construídos, (re)formulados, (re)visitados, ampliados, adaptados ou até negados pelas diferentes abordagens epistemológicas da área?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Analisar e compreender os argumentos e pressupostos apresentados pelas vertentes dos pensamentos arquivísticos clássico, moderno e contemporâneo quanto ao princípio da proveniência e aos conceitos de documento de arquivo e organicidade que norteiam a Arquivologia desde o século XIX.

1.2.2. Objetivos específicos

- Perceber como as vertentes clássica, moderna e contemporânea entendem o princípio da proveniência;
- Identificar as interpretações das vertentes clássica, moderna e contemporânea quanto ao conceito de documento de arquivo e organicidade;
- Apresentar as contribuições centrais de cada vertente.

1.3. Justificativa

A partir da segunda metade do século XX, como apontam diversos autores (CASTELLS, 2000, 2002; LÉVY, 1993, 2011, 2014; PESSIS-PASTERNAK, 1993), inicia-se uma transformação tecnológica, quando a ciência se conecta à tecnologia com o intuito de ampliar o seu desenvolvimento. Consequentemente, o avanço da internet proporciona uma maior troca de conhecimento entre os membros da comunidade científica arquivística, a qual está distribuída por todo o mundo.

Com base no nosso problema de pesquisa, que é a indagação de como o princípio da proveniência e os conceitos de documento de arquivo e organicidade estão sendo (re)interpretados, (des)construídos, (re)formulados, (re)visitados, ampliados, adaptados ou até negados pelas diferentes abordagens epistemológicas da área, percebemos que existem discursos distintos para assuntos análogos. Esses discursos alvoroçam demasiadamente a comunidade científica arquivística na busca por respostas, pela qual o documento de arquivo digital foi o maior responsável. Portanto, entendemos como necessário a produção de estudos histórico-conceituais mais detalhados para demonstrar as particularidades dessas diferentes abordagens.

Ademais, pelo fato de esse problema estar no cerne das discussões da Arquivologia, entendemos também que uma revisão de literatura é essencial para nós, como profissionais e acadêmicos da área, e também contribuirá para outros que se encontram em situações semelhantes.

Cabe salientar, ainda, o fato de esta pesquisa inserir-se no contexto da linha de pesquisa “Organização da Informação” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) e do Grupo de Pesquisa “Fundamentos Históricos, Epistemológicos e Teóricos da Arquivologia” (FHETA) da Universidade de Brasília (UnB), dos quais participamos e que buscamos realizar estudos que contribuam para a compreensão das convergências e divergências conceituais da Arquivologia, presentes desde as suas fundações.

1.4. Procedimentos metodológicos

A abordagem desta pesquisa caracteriza-se como qualitativa onde se busca o aprofundamento da compreensão de uma comunidade científica. O objetivo da pesquisa é produzir informações aprofundadas e ilustrativas, para que seja capaz de produzir novas informações (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31).

A pesquisa é de natureza exploratória, analítica e descritiva, com o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35) e esclarecer conceitos e ideias que estão no cerne das discussões da comunidade científica arquivística.

O método adotado foi o levantamento bibliográfico, baseado na produção científica da Arquivologia. Os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações de ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema (GIL, 2007, p. 44).

As etapas de pesquisa compreenderam:

- a) Identificação e seleção da produção científica (teses e dissertações) e publicações científicas (livros, periódicos científicos nacionais e internacionais) sobre o assunto em questão. Para isso, recorreu-se às seguintes bases de dados das áreas da Ciência da Informação e Arquivologia: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e *Library and Information Science Abstracts* (LISA).
- b) Análise do entendimento das vertentes clássica, moderna e contemporânea sobre o princípio da proveniência e os conceitos de documento de arquivo e organicidade;
- c) Exame das contribuições centrais dos principais autores de cada vertente;
- d) Mapeamento dos estudos através de quadros comparativos;
- e) Apresentação dos resultados das análises.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para alcançarmos o objetivo desta pesquisa, que é analisar e compreender os argumentos e pressupostos apresentados pelas vertentes dos pensamentos arquivísticos clássico, moderno e contemporâneo quanto ao princípio da proveniência e aos conceitos de documento de arquivo e organicidade que norteiam a Arquivologia desde o século XIX, buscamos encontrar possíveis diálogos entre as contribuições da abordagem do historiador alemão Reinhart Koselleck¹ – a história dos conceitos – e a Arquivologia.

Compreendemos que essa abordagem é capaz de colaborar para reflexões quanto às questões conceituais que subsistem no âmbito epistemológico da Arquivologia e que constituem seu campo teórico.

Abordamos também nesta seção a questão da terminologia arquivística, onde apresentamos alguns relatos de tentativas para solucionar os impasses terminológicos no interior da comunidade científica arquivística. Ademais, incluímos ainda como referenciais teóricos o conceito de “*ethos*” científico e discurso.

Assim, partimos do seguinte pressuposto: um mesmo termo pode ter significados diferentes, assim como um conceito pode conter termos diferentes.

2.1. História dos conceitos

Segundo Dahlberg (1978), o homem foi capaz de relacionar-se com os vários objetos e elaborar enunciados sobre os mesmos a partir da linguagem. A autora define

¹ Reinhart Koselleck (1923-2006) foi um historiador alemão, destacando-se como um dos fundadores e o principal teórico da história dos conceitos. Koselleck estudou História, Filosofia, Direito Público e Sociologia na Universidade de Heidelberg (Alemanha) e na Universidade de Bristol (Reino Unido). Koselleck é um dos mais importantes nomes associados à chamada história dos conceitos, e boa parte da sua obra concerne à história intelectual, social e administrativa da Prússia e da Alemanha nos séculos XVIII e XIX. Tornou-se conhecido pela sua tese doutoral “Crítica e crise”. Um estudo acerca da patogênese do mundo burguês, publicada em 1954. Além disso, juntamente com Otto Brunner e Werner Conze, foi um dos coeditores do léxico “Conceitos Históricos Básicos”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reinhart_Koselleck. Acesso em: 26 jan. 2019.

conceito como “a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico” (DAHLBERG, 1978, p. 102). Para compreendermos os princípios e conceitos que norteiam a teoria e a prática da Arquivologia, devemos observar quais foram os recursos teórico-metodológicos que orientaram suas concepções.

O estudo da história dos conceitos, do historiador alemão Reinhart Koselleck, nos mostra a relação entre a perspectiva teórico-científica em que o conceito está estabelecido à origem filosófica que subsidiou o seu estabelecimento.

A abordagem historiográfica de Reinhart Koselleck (2006) desenvolveu-se a partir da definição sobre o que é “tempo histórico”. Para o autor, o tempo não é visto como algo natural e óbvio, mas é uma construção cultural que, em cada época, define uma maneira específica de relacionamento entre o já conhecido e experimentado no passado e as possibilidades que se apresentam ao futuro.

Koselleck (2006) afirma que, para toda análise de um conceito ou de um período histórico, existiria uma relação entre o “espaço de experiências” e o “horizonte de expectativas”, propondo assim uma sistematização do tempo histórico. O “espaço de experiências” incluiria a tradição recebida e experiências que indicariam o presente. O “horizonte de expectativas” envolveria o elemento de projeção futura e de transformação. De acordo com Koselleck

[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político. (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Ademais, a abordagem semântica da história dos conceitos não pretende apenas ser um estudo “histórico-linguístico”, não é apenas uma procura pelos vários significados dos termos. Ela vai além da simples apresentação da aparência de um termo, demonstra a experiência humana expressa na linguagem e as intenções políticas e ideológicas que, em um período específico, um conceito científico expressa. A história dos conceitos coloca em evidência a consolidação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes.

Um aspecto que aproxima a história dos conceitos à história social é o instante em que os conceitos, ao serem empregados, representam indicadores de mudança política e social. Rabello (2008) associa isso principalmente ao fato de esse método

[...] analisar o processo de ressignificação dos conceitos (diacronia) comparado ao seu uso semântico (sincronia) que define linguisticamente (enquanto um referencial) os 'horizontes de expectativa'. Nesse caso, do aspecto polissêmico do conceito poderá emergir a tradução de significados do passado para os dias atuais. (RABELLO, 2008, p. 29).

Enxergamos pertinência no emprego dessa abordagem para estudos de natureza epistemológica por considerarmos que o desenvolvimento da ciência é fruto de escolhas relacionadas aos conflitos sociais e políticos, uma vez que a ciência não pode ser considerada neutra.

Uma análise sobre os conceitos, e sobre a história dos conceitos, é essencial para qualquer debate epistemológico na Arquivologia. A partir da análise dos atributos de um conceito científico podemos reconhecer como desenrolou-se a construção de uma ciência, como um conceito desenvolveu-se em um determinado período de tempo e quais os argumentos que orientaram sua construção. Através do conceito podemos entender a ciência a qual ele pertence.

Apesar de consideramos difícil a tarefa de designar definições apropriadas para cada conceito, entendemos a necessidade de a comunidade científica arquivística delimitar conceitos a partir da consensualidade (intersubjetiva) para a elaboração de construtos científicos.

2.2. Terminologia arquivística

Os significados dos conceitos, como o de documento de arquivo, continuam sendo um dos principais assuntos de debate na comunidade arquivística. O consenso é frequentemente procurado, mas difícil de ser alcançado. Além de existirem diversos significados para um termo específico, há também o dilema sobre a própria questão da definição de um termo, se isso seria a melhor solução para construção de uma área científica.

As definições são malvistas pelos filósofos, inclusive os próprios linguistas não têm certeza de seu valor. A partir dos pensamentos relativistas e com o declínio do positivismo, questiona-se se a linguagem, entendida algumas vezes como uma limitação de inteligibilidade e de investigação crítica, tem a capacidade de fornecer um meio confiável para garantir a identidade ou o significado das coisas (RONDINELLI, 2013, p. 19).

Por outro lado, apesar de as definições não serem consideradas como verdades inatacáveis, autores com Geoffrey Yeo (2007) acreditam que elas também servem para outros propósitos, pois “definições podem não oferecer verdades irrefutáveis, mas ainda são úteis para muitos propósitos. Elas auxiliam os novatos em sua profissão e outros que buscam esclarecimentos sobre a terminologia profissional” (YEO, 2007, p. 317, tradução nossa).

Ademais, ainda que as definições sejam malvistas por alguns, Yeo (2007, p. 318, tradução nossa) acredita que “é legítimo querer explorar os significados das coisas, especialmente seus significados dentro de comunidades específicas” como, por exemplo, a comunidade científica arquivística. Além disso, embora para determinadas definições coexistam diferentes interpretações, é mais provável que os significados compartilhados sejam encontrados dentro dessas próprias comunidades.

Uma das primeiras iniciativas para a constituição de uma uniformização terminológica na Arquivologia foi a de Eugenio Casanova, em seu manual *Archivistica* (1928), apesar de que inquietações sobre essa padronização também foram apresentadas no manual dos arquivistas holandeses (1898). Casanova retrata as diferentes maneiras de os “povos” expressarem a mesma coisa, em razão da

indeterminação com que as frases eram usadas. A origem dessa imprecisão terminológica seria a excessiva amplitude dada a várias dessas palavras e que, até aquele momento, os cientistas tentavam reduzir e consertar, na intenção de padronizar. Para Casanova (1928), essa imprecisão terminológica causaria muitos mal-entendidos, principalmente pelo fato de outras disciplinas, como a Paleografia, a Diplomática e a História, terem as mesmas palavras, embora dessem um sentido que nem sempre seria o mesmo ao atribuído pela Arquivologia.

[...] outras disciplinas, como a paleografia, a diplomática, a jurisprudência e a história, têm as mesmas palavras, embora elas deem um significado nem sempre igual àquele dado na disciplina com a qual estamos lidando. (CASANOVA, 1928, p. 4, tradução nossa).

No âmbito do Comitê Consultivo Permanente de Arquivistas da Sociedade das Nações, sob a presidência de Eugenio Casanova, surge em 1931 uma proposta de unificação da terminologia arquivística internacional e de publicação de um léxico (SILVA et al., 2009, p. 128).

Schmidt (2012, p. 68) entende que é apenas com a fundação do Conselho Internacional de Arquivos² (ICA), em 1948, e a partir da existência de Congressos Internacionais em Arquivologia, que os resultados quanto às questões terminológicas começam a acontecer.

Um marco importante para o propósito de consolidação terminológica arquivística ocorreu durante o segundo Congresso Internacional de Arquivos, realizado em 1953, em Haia, na Holanda, onde o ICA instituiu um Comitê de Terminologia Arquivística, composto por membros representantes da Alemanha, Espanha, França, Holanda, Inglaterra e Itália. O objetivo era identificar a equivalência dos termos e conceitos arquivísticos empregados nesses países. O produto desse trabalho foi o lançamento em 1964 do *Elsevier's Lexicon of Archival Terminology*³, que abrangia principalmente conceitos referentes aos arquivos considerados históricos. A

² Em inglês *International Council on Archives* (ICA).

³ Publicado em francês, englobava termos equivalentes em alemão, espanhol, holandês, inglês e italiano. Compreendia 175 termos agrupados em seis categorias: documentos de arquivo; estrutura de arquivos; instrumentos de trabalho; conservação de arquivos; operações técnicas de tratamento; e, utilização de arquivos e reprodução documental.

partir desse momento, surgem outras propostas de padronização terminológica arquivística⁴.

Em 1971, um grupo de arquivistas fundam a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) com o propósito de instituir uma entidade representativa e reconhecer a relevância de sua profissão. Após sua instituição, forma-se então um grupo de estudos voltado às questões terminológicas, o qual publica um glossário com 132 termos. Esse glossário é apresentado durante o I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), ocorrido em 1972 na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Além do glossário apresentado, identificamos algumas obras no Brasil que buscaram consolidar a complexidade terminológica da área: NBR 9578: Arquivo – Terminologia (1986); Dicionário de Termos Arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira (1989;1991;1999); Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimentos de uma terminologia arquivística em língua portuguesa (1990;1996⁵); Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005); e Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008).

De acordo com Bellotto (2014), a terminologia arquivística no Brasil tem um problema específico, pois é “construída”, sistematizada e consolidada

[...] a partir da tradução de dicionários em outras línguas e não da realidade concreta dos termos usados cotidianamente pelos profissionais da área. A quase totalidade dos nossos dicionários de terminologia tem origem em similares estrangeiros, sobretudo os emanados do Conselho Internacional de Arquivos, ainda que em sua versão nacional tenham sofrido acréscimos e supressões. E isso faz diferença. É que os nossos dicionaristas, além de lutarem contra as possíveis distorções entre objetos/ações e sua correta denominação, ainda têm de enfrentar os “fantasmas” da tradução. (BELLOTTO, 2014, p. 153).

Assim, além de a comunidade científica arquivística brasileira enfrentar os “fantasmas” da tradução e as possíveis distorções entre os objetos e suas denominações, os termos e definições são marcados pelas tradições culturais e administrativas de cada país, os quais às vezes não refletem as realidades brasileiras.

⁴ Ver Marques (2011, p. 104), onde a autora elabora um quadro com as principais obras de padronização da terminologia arquivística referentes aos anos de 1952 a 2005.

⁵ Republicado com o título *Dicionário de Terminologia Arquivística*.

Independentemente dos problemas quanto a essas questões terminológicas, Antonia Heredia Herrera (2007) considera essencial uma precisão terminológica para sustentar a Arquivologia:

Nós arquivistas, à força de buscar dimensão científica, temos que defender o rigor terminológico sobre o qual sustentar nossa disciplina, e isso não impede a riqueza e diversidade de um vocabulário, desde que fundamentado, e que, no entanto, permita a unidade dos conceitos. (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 19, tradução nossa).

Porém, a autora faz questão de advertir que a busca dessa precisão terminológica não deve supor “imobilismo”, sobretudo pela circunstância do próprio dinamismo do conhecimento científico. Assim, o conflito entre as ideias das diferentes vertentes da Arquivologia possui um papel essencial na construção da ciência.

Quanto aos dicionários e glossários, geralmente eles apresentam definições que apenas descrevem e caracterizam um determinado termo, não proporcionando ponderações conceituais. Localizar o discurso à época em que ele foi elaborado é essencial para sua compreensão e contextualização.

2.3. *Ethos* científico

Segundo Robert Merton (1970), a ciência deve ser regulada por ela própria, em sua autonomia, com base em uma ética peculiar, a do “*ethos*” científico. A noção de “*ethos*” científico é bem conhecida, na Sociologia da Ciência, significando “conjunto de normas e regras de conduta que são seguidas pelos membros de uma comunidade científica”. Entretanto, as atividades científicas não envolvem apenas normas ou convenções, mas igualmente, o que alguns filósofos da ciência chamam de “entidades”. Estas significam “constructos” científicos, como os conceitos, as leis e as próprias teorias. O que é característico das noções de entidades científicas é que decorrem de construções conceituais visando a cumprir determinado propósito no processo investigativo e a integrar uma teoria (TRIGUEIRO, 2012, n. p.).

2.4. Discurso

Segundo Giddens e Sutton (2016), em uma definição prática, discurso significa o “modo de falar e pensar sobre um assunto, unido por princípios comuns. Seu intuito é estruturar a compreensão e as ações das pessoas sobre determinado assunto” (GIDDENS; SUTTON, 2016, p. 7).

O conceito de discurso teve origem na Linguística e, a partir da década de 1950, passou a ser entendido como um tipo de ação e, portanto, uma intervenção no mundo. Essa ideia de “ato do discurso” alterou a maneira como a linguagem e a conversa cotidiana são vistas. Assim, a partir do conceito de discurso tornou-se possível “estudar o modo como a linguagem é usada para influenciar argumentos políticos, excluir algumas ideias do debate e controlar a maneira pela qual as pessoas discutem os problemas” (GIDDENS; SUTTON, 2016, p. 7-8).

3. REVISÃO DE LITERATURA

As práticas arquivísticas surgiram a partir da necessidade de o homem registrar suas ações e transmiti-las através do tempo a futuras gerações. Essas práticas desenvolveram-se a partir de técnicas de organização existentes em sua época. Porém, é apenas no final do século XIX que a Arquivologia evoluiu para uma posição de disciplina/ciência⁶.

A divisão do processo histórico da Arquivologia varia entre os autores da área como, por exemplo, a apresentada por Fernanda Ribero (2011) que o divide em três fases: sincrética e custodial (séc. XVIII – 1898); técnica e custodial (1898 – 1980); e científica e pós-custodial (1980 – atual).

Por opção didática e metodológica, e tomando como base a tese de doutorado de Schmidt (2012), nosso recorte de pesquisa foi dividido em três períodos: clássico, moderno e contemporâneo. O período clássico engloba do final do século XIX até meados da década de 1940. O período moderno compreende meados da década de 1940 até meados dos anos 1980. E, por fim, o período contemporâneo abrange a década de 1980 em diante.

Partindo da árdua e interminável proposta de analisar o princípio da proveniência e os conceitos de documento de arquivo e organicidade, desde o manual dos arquivistas holandeses até aos pensadores contemporâneos, selecionamos para esta revisão de literatura autores e suas respectivas obras usando os critérios da disponibilidade do acesso, compreensão e tradução das obras para o português e outros idiomas, bem como por serem reconhecidos internacionalmente na literatura da área pelo estabelecimento desse princípio e conceitos.

Devido à sua enorme variedade, seria praticamente impossível e ilusório tentar abarcar todas as obras arquivísticas, e seus respectivos autores, do período proposto. Portanto, já salientamos a ocorrência de omissões voluntárias.

⁶ Ver Schmidt (2012, p. 85), onde a autora elabora um quadro com a síntese das definições no que se refere à natureza do conhecimento da Arquivologia por autor e país de origem.

Assim, descrevemos uma síntese dos diferentes discursos, em diversos países, que se desenvolveram na configuração da Arquivologia internacional a partir de tendências históricas, políticas e sociais.

A partir da concepção de discurso de Giddens e Sutton (2016, p. 7), entendido como o “modo de falar e pensar sobre um assunto, unido por princípios comuns, no qual o intuito é estruturar a compreensão e as ações das pessoas sobre determinado assunto”, seguimos para as propostas dos autores das vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia, analisando diferentes discursos em épocas e contextos específicos.

3.1. Vertentes do pensamento clássico

No século XIX e início do século XX, a ciência obteve extraordinários avanços em todos os seus mais importantes ramos. Era comum a organização institucional e acadêmica de pesquisa, onde o otimismo da época estava diretamente ligado à confiança na ciência e em seu poder de aperfeiçoar a situação do conhecimento.

A partir da necessidade de formular conceitos e princípios que pudessem conduzir às práticas arquivísticas já existentes nas organizações, o desenvolvimento da Arquivologia no espaço científico apresentou algumas particularidades decorrentes dos diferentes rumos que a área tomou em cada país.

No intuito de explorarmos as vertentes do pensamento clássico, período que engloba o final do século XIX até meados da década de 1940, consideramos como fundamentais para a consolidação da Arquivologia como área do saber as seguintes obras: o manual dos arquivistas holandeses (1898); o manual de Hilary Jenkinson (1922); o manual de Eugenio Casanova (1928) e o manual de Adolf Brenneke (1953). Julgamos imprescindível a análise desses manuais que, apesar de suas limitações e particularidades, concordamos com Marques (2013) ao afirmar que essas obras

[...] sintetizam os referenciais sociais, culturais, ideológicos e políticos, temporal e espacialmente configurados e são, ainda, perpassados por

processos discursivos que caracterizam os movimentos do pensamento arquivístico. (MARQUES, 2013, p. 41).

Esse período clássico foi marcado principalmente pela disseminação do princípio da proveniência e seus desdobramentos, do conceito de documento de arquivo e pela idealização do conceito de organicidade, a partir da publicação e divulgação de manuais que passariam a ser considerados clássicos para a Arquivologia.

3.1.1. Manual dos arquivistas holandeses (Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin)

O *Handleiding voor het Ordenen en Beschrijven van Archieven* (1898), de Samuel Muller⁷, Johan Feith⁸ e Robert Fruin⁹, conhecido como manual dos arquivistas

⁷ Samuel Muller (1848-1922) foi um arquivista holandês, historiador e diretor de museu. Filho de um antiquário, Frederik Muller, e Gerarda Jacoba Yntema. Casou-se com a assistente social Marie Lulofs e viveu muito tempo com ela e seus três filhos no Maliebaan, em Utrecht. Completou a escola de gramática e estudou Direito em Amsterdã e Leiden, onde obteve seu PhD de Robert Fruin, em 1872. Muller tornou-se arquivista municipal dos arquivos da cidade de Utrecht em 1874, onde permaneceria até 1918. O Museu de Antiguidades da cidade de Utrecht ficou sob sua gestão também em 1918. Ele fez planos para um novo museu no qual, entre outras coisas, as coleções arqueológicas de Utrecht receberiam amplas acomodações e, em 1921, o Museu Central foi aberto por sua iniciativa. De 1879 a 1920 ele também foi um arquivista do governo da província de Utrecht. Em 1885, ele foi nomeado membro da *Royal Academy of Sciences*. Em 1909 ele se juntou ao conselho do Museu de Artes Aplicadas de Utrecht. Muller deixou uma extensa bibliografia com mais de 500 títulos. Entre outras coisas, ele escreveu "*The Medieval Sources of the City of Utrecht*". Disponível em: https://nl.wikipedia.org/wiki/Samuel_Muller_Fz. Acesso em: 27 jan. 2019.

⁸ Johan Adriaan Feith (1858-1913) foi um advogado e historiador holandês. Filho de Hendrik Octavius Feith, arquivista, e Wihelmina Woltera Dull, se casou com Henriette Pauline Gockinga e tiveram dois filhos e duas filhas. A família era rica, mas o jovem Feith escolheu se tornar funcionário dos arquivos, onde começou a trabalhar para o pai. Em 1892 foi o sucessor de seu pai, um arquivista do governo em Groningen. Feith foi também em 1891 um dos fundadores da Sociedade de Arquivistas da Holanda (VAN) e do Museu Groninger de Antiguidades. Em 1905, Feith sofreu de problemas cardíacos. Depois de uma longa licença, voltou a trabalhar em 1913, mas morreu inesperadamente no escritório do arquivo. Feith era descrito como "modesto e amável". Disponível em: https://nl.wikipedia.org/wiki/Johan_Adriaan_Feith. Acesso em: 27 jan. 2019.

⁹ Robert Fruin (1857-1935) foi um advogado e arquivista holandês. Em distinção com seu homônimo, o historiador Robert Fruin, ele é geralmente chamado de filho de Thomas Anthony. Fruin estudou Direito na Universidade de Leiden e se formou em 1886. Ele então se especializou em administração municipal moderna, paleografia, história legal e arquivologia. De 1888 a 1894, trabalhou nos Arquivos do Estado em Utrecht. Foi arquivista nos Arquivos do Estado de Zeeland em Middelburg, de 1894 a 1912, e foi arquivista geral e chefe dos Arquivos Nacionais (ARA), de 1912 a 1933, em Haia. Durante seus primeiros anos em Utrecht, ele trabalhou sob a supervisão do governo de Utrecht e do arquivista municipal Samuel Muller. Foi membro do conselho por muitos anos, secretário e presidente da Sociedade de Arquivistas da Holanda (VAN) e editor da revista *Nederlandsch Archieven*. Ele também

holandeses, foi produzido no âmbito da Associação dos Arquivistas Holandeses em 1898. Traduzido para mais de 60 idiomas, sua tradução e publicação no Brasil aconteceu apenas em 1960, realizada pelo Arquivo Nacional e intitulada “*Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*”.

Um dos pilares da teoria arquivística, o manual dos arquivistas holandeses é considerado como um divisor de águas na história da Arquivologia como área do conhecimento. A partir desse manual, baseado em uma fundamentação teórica e princípios próprios, a Arquivologia busca tornar-se autônoma em relação à História e a outras áreas do conhecimento, como a Paleografia, a Diplomática e a Biblioteconomia.

Conforme Silva et al. (2009), apesar de algumas limitações conceituais, este manual “marca o início de um novo período, em que o predomínio da vertente técnica se vai afirmar, libertando definitivamente a Arquivística das disciplinas a que outrora estivera ligada” (SILVA et al., 2009, p. 115).

Para Schmidt (2012) não podemos atribuir apenas o manual como precursor de uma Arquivologia como área científica, mas também não podemos desconsiderá-lo. Por se tornar um resultado “acabado” do progresso científico nos moldes positivistas da época,

[...] o importante era documentar técnicas para reproduzi-las em caráter de tarefa, o conhecimento transmitido através da publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses foi capaz de elevar práticas e técnicas arquivísticas ao *status* de ciência, já que se apresentava como o resultado de conhecimentos aplicados com vistas a desenvolver problemas/fenômenos de ordem prática. (SCHMIDT, 2012, p. 88).

Ainda que o caráter sistemático de sua apresentação tinha oferecido um grande progresso para a Arquivologia, a partir de cem regras dispostas em seis capítulos e ilustradas com exemplos, alguns autores consideram que o manual não inaugurou uma teoria, e sim uma metodologia. Ketelaar (2004) refere-se ao manual da seguinte maneira:

Eu quero diminuir um pouco o elogio aos três holandeses. O Manual não oferecia uma teoria arquivística, mas uma metodologia, desenvolvida de

atuou em numerosos comitês que contribuíram para a criação da Lei de Registros Públicos, em 1918. Disponível em: [https://nl.wikipedia.org/wiki/Robert_Fruin_\(Th._Azn\)](https://nl.wikipedia.org/wiki/Robert_Fruin_(Th._Azn)). Acesso em: 27 jan. 2019.

acordo com uma abordagem fenomenológica que é justificada pelos acadêmicos. (KETELAAR, 2004, p. 3, tradução nossa).

Apesar de alguns autores, como Ketelaar (2004), entenderem que o manual apenas ofereceu uma metodologia para as práticas arquivísticas e que possui algumas limitações conceituais, consideramos o manual dos arquivistas holandeses como um marco teórico precursor da Arquivologia como área do saber, por manualizar e aperfeiçoar as práticas arquivísticas, além de divulgar princípios e conceitos fundamentais para a Arquivologia, como o princípio da proveniência e a organicidade.

Considerados pioneiros na divulgação dos princípios da proveniência e da ordem original, os holandeses Muller, Feith e Fruin (1973) entenderam que a proveniência é um princípio fundamental, que reflete sempre as funções do órgão, e que o arquivo é um todo orgânico, o qual não é criado arbitrariamente. Assim, identificamos no discurso dos autores a ênfase dada ao conceito de organicidade, onde as relações administrativas refletem-se nos conjuntos documentais, os quais espelham as funções e atividades da instituição, em suas relações internas e externas.

Quanto à ordem original, Muller, Feith e Fruin (1973, p. 44) esclareceram que “o sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, correspondem à organização do órgão administrativo que o produziu”. Os autores consideraram que esta regra é a mais importante de todas, porque “nela se formula o princípio fundamental, do qual derivam as demais normas” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 44). Os holandeses acreditavam que em alguns casos a sua não aplicação é legítima, por causa dos erros humanos que podem prejudicar o ordenamento original e impossibilitar o seu restabelecimento.

Avançando para o conceito de arquivo, Muller, Feith e Fruin (1973) o entenderam como um

[...] conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13).

Após a apresentação do conceito, os holandeses destrincharam em sua obra alguns comentários para melhor explicá-lo. Os autores utilizaram o termo “conjunto”

para compreender “arquivo” como um conjunto de documentos. Levando-se em consideração a época na qual a obra foi publicada, o conceito apresenta os “documentos escritos, desenhos e material impresso” como as formas documentais possíveis para um documento de arquivo. Sobre a natureza dos documentos, fica nítida a supressão da referência às pessoas físicas no conceito. Entende-se, portanto, que os arquivos são decorrentes apenas de pessoas jurídicas.

Embora o manual dos arquivistas holandeses seja datado de 1898, sua aceitação é consenso na comunidade arquivística devido a sua grande contribuição teórica e por boa parte de suas recomendações permanecerem “inatacáveis”. Assim, o manual demonstra uma certa atualidade, mesmo com os mais de 120 anos de existência.

Dando continuidade à revisão de literatura, ressaltamos que o manual de Muller, Feith e Fruin (1898) influenciou o pensamento do inglês Hilary Jenkinson para a constituição do *Manual de Administração de Arquivo* (1922), bem como o do italiano Eugenio Casanova em seu manual *Arquivística* (1928).

3.1.2. Manual de Administração de Arquivo (Hilary Jenkinson)

A Manual of Archive Administration Including the Problems of War Archives and Archive Making (1922), conhecido como *Um Manual de Administração de Arquivo*, de autoria do inglês Hilary Jenkinson¹⁰, foi publicado em 1922 na Inglaterra e reeditado

¹⁰ Hilary Jenkinson (1882-1961) foi um teórico arquivista britânico, considerado como a figura responsável por trazer conceitos europeus continentais da teoria arquivística para o mundo de língua inglesa. Nascido em Streatham, Londres, Jenkinson era filho de William Wilberforce Jenkinson, um agente de terras, e Alice Leigh Bedale. Ele foi educado em *Dulwich College* e *Pembroke College*, em Cambridge, graduando-se com honras de primeira classe em Clássicos em 1904. Durante a Primeira Guerra Mundial, ele se juntou à Artilharia Garrison Royal e serviu na França e na Bélgica de 1916 a 1918. Jenkinson casou-se com Alice Violet Rickards em 1910. Ela morreu em 1960. Jenkinson morreu um ano depois, em 5 de março de 1961, no St. Thomas Hospital, em Londres. Eles não tiveram filhos. Em 1906, ele se juntou à equipe do *Public Record Office* e trabalhou no arranjo e classificação dos documentos do Tesouro medieval. Jenkinson lecionou sobre paleografia, diplomática e arquivos em *Cambridge*, *King's College London* e *University College London*. Ele escreveu vários livros sobre paleografia e diplomática, e seu *Manual de Administração de Arquivos* (1922) tornou-se um trabalho altamente influente na prática de arquivos na Grã-Bretanha e na Irlanda. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Hilary_Jenkinson. Acesso em: 27 jan. 2019.

em 1937 e 1965. A obra retoma à proposta do manual dos arquivistas holandeses, destacando a visão administrativa dos arquivos e tornando-se um referencial para os arquivos britânicos.

O manual de Jenkinson (1922) foi uma resposta à dificuldade de organização da massa documental acumulada na Inglaterra em virtude da Primeira Guerra Mundial. Suas experiências profissionais adquiridas no *Public Record Office* e suas habilidades no trato com os documentos medievais contribuíram sobremaneira para o propósito.

Assim como o manual dos arquivistas holandeses (1898), o manual de Jenkinson retratou circunstâncias e momentos históricos peculiares, baseando-se no positivismo e em acontecimentos do final do século XIX e início do século XX.

A ideia inicial de Jenkinson (1922, p. xi) era a de falar sobre o tratamento de arquivos de guerra com algumas reflexões especiais relacionadas à criação de arquivos no futuro. Porém, a dificuldade à época era que não havia um manual completo sobre a organização e tratamento de arquivos em língua inglesa e o manual dos arquivistas holandeses tratava apenas de questões sobre classificação e arranjo.

Ao mencionar a administração como um todo orgânico, Jenkinson (1922) definiu seu conceito de fundo como *archive group*. O autor reconheceu a aplicação da relação orgânica no estabelecimento da relação administrativa com a produção documental.

O fundo ou *archive group* é a principal unidade de arquivo no sistema continental e a base de todas as regras quanto ao arranjo. O mais importante de todos os princípios da Gestão de Arquivos, *le respect pour les fonds*, é nomeado a partir dele. (JENKINSON, 1922, p. 84, tradução nossa).

Ao definir o que compreende como arquivos, Jenkinson (1922, p. 2) apresentou a questão da utilização dos termos *records* ou *archives*. Apesar de entender que ambos eram considerados como sinônimos, o autor reconheceu o uso de *archives* como mais adequado, devido à maior precisão do termo e ser habitualmente usado em outras línguas.

O autor abordou o conceito de documento a partir de sua especificidade arquivística, elencando as formas como ele pode se apresentar. Para Jenkinson (1922) documento de arquivo é:

Um documento dito como pertencente à classe dos Arquivos é aquele que foi elaborado ou usado no decorrer de uma transação administrativa ou executiva (pública ou privada) da qual ele mesmo fazia parte; e, posteriormente, preservado em sua própria custódia e para sua própria informação pela pessoa ou responsáveis por essa transação e seus legítimos sucessores. (JENKINSON, 1922, p. 11, tradução nossa).

Jenkinson (1922) conceituou documento de arquivo ao invés de arquivos. Ele apresentou o documento como um objeto individual, o qual pertence à classe dos arquivos. Ademais, assim como os holandeses, a natureza dos arquivos refere-se apenas aos documentos produzidos ou recebidos por pessoas jurídicas.

O autor também deu relevância à qualidade do caráter probatório de uma ação como característica indispensável ao documento de arquivo. Essa característica deve-se ao fato de os documentos não serem elaborados para interesse ou informação da posteridade, o que o diferencia do sentido frequentemente dado pelos historiadores (JENKINSON, 1922, p. 11).

Outro ponto importante que deve ser destacado, é a diferença entre os termos *document* (documento) e *archives* (arquivo) explorada pelo autor, o qual associou *document* ao uso corrente e *archives* aos documentos de guarda permanente.

Para Rondinelli,

[...] parece que Jenkinson confunde um pouco o conceito de arquivo na medida em que favorece o entendimento de uma separação terminológica entre documento e arquivo pela qual este último só se aplicaria aos documentos de guarda permanente. (RONDINELLI, 2013, p. 154).

O modo de ver os documentos como uma consequência natural dos atos e transações de uma administração, atribui as características de imparcialidade e autenticidade aos documentos a partir da sua gênese. A imparcialidade deriva-se do fato que os documentos têm como objetivo precípua atender à instituição que os produzia. Enquanto que a autenticidade vem do fato que a custódia é exercida pela e para a instituição produtora ou seu legítimo sucessor, garantido assim que os documentos não sofram alteração e mantenham uma cadeia ininterrupta de custódia. Caso a cadeia seja quebrada, os documentos não são confiáveis. Mesmo depois de quase um século de existência, esse postulado de Jenkinson (1922), a cadeia ininterrupta de custódia, tem sido utilizado para a garantia de um documento confiável e autêntico para o século XXI.

Assim, Jenkinson (1922) afirmou que o arquivista deve servir primeiramente ao arquivo e ser um guardião da custódia contínua e, posteriormente, deve servir ao público e aos historiadores, não interferindo na organização natural dos documentos, ou seja, não selecionando-os. A incumbência dos arquivistas era garantir a defesa física e moral dos arquivos.

Para Silva (2017)

A ideia de Jenkinson sobre o papel do custodiante, como um responsável pela defesa física e moral, isto é, no sentido de proteger a autenticidade dos documentos, significa que esse custodiante tem um compromisso com os próprios documentos e não com os criadores nem com os usuários. Essa seria a sua finalidade pessoal e funcional. (SILVA, 2017, p. 178-179).

Jenkinson (1922) entendeu que a intervenção do arquivista nos documentos acabaria diminuindo sua integridade e seu valor de prova imparcial do passado. Para o autor, a avaliação deveria ser de responsabilidade do administrador e não do arquivista, encaminhando-se para custódia dos arquivos apenas os documentos que deveriam ser preservados.

Prosseguindo, cabe ressaltar ainda a diferença estabelecida por Jenkinson (1922) entre “verdade histórica” e “verdade arquivística”. A primeira é caracterizada pelo conteúdo do documento e a segunda está relacionada ao contexto de criação (SCHMIDT, 2012, p. 120).

Por fim, além de ser de grande importância para a trajetória da Arquivologia, colaborando para a sua consolidação como área do saber tanto na Inglaterra como no mundo, consideramos o manual de Jenkinson (1922) uma abordagem teórica, um pouco diferente do manual dos arquivistas holandeses (1898), cuja essência era a prática arquivística.

Os postulados de Jenkinson (1922), como sua definição de documento de arquivo enquanto consequência natural das atividades administrativas, a não interferência do arquivista na avaliação documental e sua característica como guardião da custódia contínua renderam e ainda rendem grandes debates na comunidade científica arquivística.

3.1.3. Manual *Archivistica* (Eugenio Casanova)

O manual *Archivistica* (1928), de Eugenio Casanova¹¹, foi publicado em 1928, em Siena, na Itália, a partir de suas experiências profissionais e com o intuito de facilitar sua didática durante as aulas. “Este volume contém o curso, que professamos na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de Roma” (CASANOVA 1928, p. V, tradução nossa).

O manual de Casanova (1928) consolidou a Arquivologia como disciplina científica na Itália, favorecendo a sua autonomia em relação à História e Diplomática, e foi o primeiro a denominar o termo “*Archivistica*”. Nele predominou as abordagens teóricas e práticas dos arquivos e atentou-se às questões de organização e preservação dos documentos. Casanova (1928) declarou que a *Archivistica* é uma ciência porque tem os arquivos como objeto de estudo.

Quanto à proveniência, Casanova (1928) desenvolveu um olhar inovador para a aplicação desse princípio. Para o autor, a recuperação da informação efetua-se não observando apenas a ordem original, mas também a proveniência, a territorialidade e o contexto de criação e utilização dos documentos. O autor afirmou que o respeito aos fundos e a ordem original nem sempre serão físicos. Mesmo que os fundos estejam fisicamente separados e a ordem original tenha sido desfeita, a partir da descrição documental os documentos poderão manter suas relações orgânicas com a entidade

¹¹ Eugenio Casanova (1867-1951). Formado em jurisprudência, ingressou na carreira arquivística em 2 de dezembro de 1886 e foi atribuído ao Arquivo do Estado de Florença. Nesta cidade frequentou os cursos da Escola de Paleografia e Diplomática do Instituto de Estudos Superiores, obtendo seu diploma em 1892 com uma tese sobre *O La Nauticadi Conte di Otomano Freduccid'Ancona*, publicado dois anos depois (Florença, 1894). A formação jurídica, a experiência erudita, o vasto conhecimento dos problemas técnicos e organizacionais dos arquivos e os laços internacionais o colocaram, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, na linha de frente entre os arquivistas italianos; Por isso, não pareceu estranho que lhe foi confiada a tarefa de preparar o primeiro congresso internacional de arquivos, que deveria ter lugar na Itália em 1915 e que, depois da guerra, não se realizou. Por outro lado, o grande senso dos problemas e preocupações dos arquivos e a consciência de indiferença a eles por parte dos governos e da opinião pública, o influenciou a criar em 1914 uma revista “teórica e prática” dedicada exclusivamente às questões técnicas na disciplina de arquivo, a qual encerra a publicação em 1921 e passa a dedicar-se à docência. Em 1933 sofreu uma aposentadoria “forçada” da profissão de arquivista por questionar a autenticidade de uma suposta carta escrita por Abraham Lincoln e sua relação com o pensamento fascista. Morreu em Roma no dia 22 de dezembro de 1951. Sua biblioteca particular foi comprada pelos Arquivos do Estado de Roma. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/eugenio-casanova_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/eugenio-casanova_(Dizionario-Biografico)/). Acesso em: 26 jan. 2019.

produtora. Em vista disso, o respeito aos fundos e à ordem original podem ocorrer de maneira intelectual, preservando assim a organicidade.

Cabe destacar que o autor italiano, assim como os holandeses e Jenkinson, também enfatizava o conceito de organicidade. Porém, ao declarar que, através da descrição, o respeito aos fundos e à ordem original podem acontecer intelectualmente, inaugurava esse entendimento, o qual será adotado por vários autores a partir daquele momento.

Prosseguindo para o conceito de arquivo, Casanova (1928) o definiu como:

[...] reunião ordenada dos documentos de uma instituição ou indivíduo, constituídos durante o desenvolvimento de sua atividade e mantidos para consecução dos objetivos políticos, jurídicos e culturais daquela entidade ou indivíduo (CASANOVA, 1928, p.19, tradução nossa).

Casanova (1928) acreditava que essa definição era mais abrangente do que as relatadas até aquele momento, e, portanto, estaria adaptada aos arquivos públicos e privados. O autor também não fazia distinção entre o arquivo administrativo e o arquivo histórico, argumentando que o segundo deriva do primeiro.

Além de atribuir a natureza dos documentos também aos arquivos privados, Casanova (1928), assim como os holandeses, trouxe a concepção de arquivo como uma reunião de documentos, só que o autor evidenciou que é um acúmulo ordenado, constituído através do decorrer das atividades (organicidade).

Interessante observar que o autor declarou a intenção de se manter os arquivos também para o cumprimento de objetivos políticos. Podemos aproximar este enfoque de Casanova com a abordagem de Koselleck (2006) sobre a história dos conceitos, onde o historiador alemão associa a história dos conceitos à história social, ao entender que os conceitos também representam indicadores de mudanças políticas e sociais.

3.1.4. Manual *Archivkunde* (Adolf Brenneke)

O manual do alemão Adolf Brenneke¹², *Archivkunde: ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des Europäischen Archivwesens* (Arquivos: contribuição para a teoria e a história dos arquivos europeus), foi publicado em 1953, sete anos após sua morte em 1946, por seu aluno Wolfgang Leesch, que reuniu suas palestras e trabalhos e os configurou em formato de manual.

O manual (1968) analisou o panorama dos arquivos alemães considerando a Arquivologia como uma ciência. A obra de Brenneke (1968) apresentou também outros pontos importantes, como a proveniência, ordem original, organicidade e o conceito de arquivo.

Brenneke compreendeu o princípio da proveniência a partir da perspectiva funcional, não levando em consideração o atributo físico dos documentos. Ou seja, através da descrição, seria possível representar o contexto da produção documental, não sendo imprescindível o arranjo dos documentos físicos.

Portanto, observamos que o conceito de proveniência de Brenneke (1968) é bem parecido com o de Casanova (1928). Brenneke também enfatizou a representação intelectual do contexto através da descrição, não considerando a fisicalidade dos documentos como essencial para essa representação.

Assim como no manual de Jenkinson (1922), o autor alemão entendeu que, através das relações orgânicas, seria possível reestabelecer a relação administrativa com a produção documental. Ademais, Brenneke (1968) também percebeu que a aplicação da ordem original no arquivamento poderia resultar no desfazimento das relações orgânicas e administrativas dos documentos, transgredindo assim a

¹² Adolf Brenneke (1875-1946) foi um historiador alemão e arquivista do Estado da Prússia. Johann Friedrich Robert Adolf Brennecke cresceu como o filho de um maestro em Bad Gandersheim. Depois de frequentar o *Progymnasium* em *Gandersheim* e o *Abitur* no *Gymnasium* em Goslar, estudou de 1895 a 1898 o alemão e a história em Jena, Göttingen, Munique e Marburg. Depois de concluir seu doutorado na Universidade de Marburg (1898), ele começou sua carreira arquivística em 1899 com uma visita à escola de arquivo e como voluntário nos Arquivos Estaduais de Marburg. Em 1900 mudou-se para os Arquivos do Estado de Münster. Outras etapas de sua carreira profissional foram em 1905 os Arquivos do Estado da Prússia em Gdansk, e, de 1908 a 1930, o Arquivo do Estado de Hannover e o Arquivo Secreto do Estado em Berlim. Na Primeira Guerra Mundial, ele serviu como capitão pela última vez. Disponível em: [https://de.wikipedia.org/wiki/Adolf_Brennecke_\(Historiker,_1875\)](https://de.wikipedia.org/wiki/Adolf_Brennecke_(Historiker,_1875)). Acesso em: 27 jan. 2019.

organicidade. Então, por considerar que a ordem original estaria sujeita a erros humanos, o autor critica a aplicação confusa desse princípio e sugere que essa possa ser dispensada.

Analisando os conceitos de arquivo desenvolvidos por Heinrich August Erhard¹³ (1834), pelo manual dos arquivistas holandeses (1898) e por Eugenio Casanova (1928), Brenneke (1968, p. 122) deduziu que quatro critérios foram utilizados por esses autores para definir a natureza dos arquivos: a origem; a limitação formal do conteúdo; o aspecto organizacional; e o propósito. A partir dessas características, que Brenneke (1968) considerou como essenciais para o conceito, o autor apresentou sua definição de arquivo:

Conjunto de papéis e de outros documentos constituídos por pessoas físicas ou jurídicas no curso de sua atividade prática ou legal e que, como fontes documentais e provas do passado, se destinam à conservação permanente em um determinado local. (BRENNEKE, 1968, p.125, tradução nossa).

Da mesma maneira que os holandeses e Casanova, Brenneke (1968) utilizou o termo “conjunto” se referindo à aceção de arquivo como conjunto de documentos. Sobre as formas documentais, o autor diferenciou os papéis de outros documentos, ficando implícito que a caracterização de um documento como arquivístico independe do seu suporte, o qual pode ser produzido por pessoas físicas ou jurídicas no decorrer de sua atividade.

O autor, de maneira implícita, também desenvolveu a ideia de organicidade em seu conceito, ao declarar que os arquivos derivam do curso de atividades práticas e legais. Além disso, ao referir-se aos documentos arquivísticos como “provas do passado”, Brenneke atribuiu o caráter evidencial a esses.

¹³ Heinrich August Erhard (1793-1851) foi um médico, arquivista e historiador alemão. A partir de 1809 estudou medicina, história e filologia na Universidade de Göttingen, recebendo seus doutorados em medicina (1812) e filosofia (1813) pela Universidade de Erfurt. Após a graduação, trabalhou como médico em Erfurt (1813-16), como médico militar (1815), como bibliotecário assistente (a partir de 1816) e como professor no Ginásio Evangélico (Erfurt). De 1822 a 1827, foi bibliotecário da antiga biblioteca universitária de Erfurt. Em 1824, tornou-se arquivista nos arquivos provinciais de Magdeburgo, mantendo sua função na biblioteca de Erfurt. Em 1831 ele foi nomeado diretor dos arquivos provinciais em Münster. Após sua morte em 1851, ele foi sucedido em Münster por Roger Wilmans. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Heinrich_August_Erhard. Acesso em: 6 fev. 2019. Erhard (1834) definiu o conceito de arquivo como “uma uma coleção de notícias escritas, formada no curso de uma atividade administrativa intrinsecamente completa, que serve como evidência de situações históricas”. (ERHARD, 1834, apud BRENNEKE, 1968, p. 121, tradução nossa).

Por fim, cabe destacar o fato de o autor realçar que os arquivos estão condicionados a uma guarda permanente em um local. Assim, podemos deduzir que os documentos que não são de guarda permanente não podem ser considerados como arquivo.

Compilando os entendimentos dos autores da vertente clássica, podemos observar, ancorados em Koselleck (2006), que os princípios e conceitos analisados neste período histórico basearam-se na relação entre o “espaço de experiências” e o “horizonte de expectativas” dos autores.

O manual dos arquivistas holandeses, apesar de não ser a primeira publicação da área e os autores não serem os responsáveis pela idealização dos princípios da proveniência e da ordem original, foi constituído a partir do espaço de experiências de um arquivo público, no qual os autores puderam sistematizar e propagar suas ideias por meio de um manual, propondo o estabelecimento de uma metodologia e uma proposição de padronização terminológica para a área, a partir de um horizonte de expectativas.

O manual de Hilary Jenkinson (1922) partiu dos pressupostos apresentados pelo manual dos arquivistas holandeses e retratou as circunstâncias e momentos históricos vividos no final do século XIX e início do século XX (espaço de experiências). Os postulados de Jenkinson renderam e ainda rendem grandes debates na comunidade científica arquivística, como a discussão sobre a não interferência do arquivista na avaliação documental e sobre seu papel de guardião da custódia contínua (horizonte de expectativas).

O manual de Eugenio Casanova (1928) também teve como base o manual dos arquivistas holandeses e foi desenvolvido a partir das experiências profissionais do autor italiano (espaço de experiências), com o propósito de facilitar a didática para suas aulas. Já o manual de Brenneke (1953) foi configurado apenas sete anos após sua morte, em 1946, por seu aluno Wolfgang Leesch, que reuniu suas palestras e trabalhos (espaço de experiências).

Observamos algumas semelhanças entre os autores da vertente clássica sobre os conceitos e princípios abordados. Todos enfatizam o conceito de organicidade. Porém, Brenneke (1968), ao enfatizar a representação intelectual do contexto através da descrição, não considerando a fisicalidade dos documentos como essencial para

essa representação, se aproxima de Casanova (1928), que também declara que, através da descrição, o respeito aos fundos e à ordem original poderiam acontecer intelectualmente.

Finalizando esta seção sobre as vertentes arquivísticas do período clássico, nos apoiamos mais uma vez em Koselleck para entendermos o processo de ressignificação (diacronia) dos princípios e conceitos por meio do quadro a seguir.

Quadro 1 - Síntese das vertentes do pensamento clássico

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
1898	Holanda	Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin	Princípio da proveniência	- Princípio fundamental que reflete as funções do órgão;
			Arquivo	- Conjunto de documentos; - Formas documentais: documentos escritos, desenhos e material impresso; - Recebido ou produzido por pessoas jurídicas; - É um todo orgânico, o qual não é criado arbitrariamente.
1922	Inglaterra	Hilary Jenkinson	Princípio da proveniência	- Define seu conceito de fundo como <i>archive group</i> ; - Reconhece a aplicação da relação orgânica no estabelecimento da relação administrativa com a produção documental.
			Arquivo	- Entende <i>records</i> e <i>archives</i> como sinônimos, mas prefere o segundo por ser mais usado em outras línguas; - Associa o termo <i>archives</i> aos documentos de guarda permanente. - Associa o termo <i>document</i> aos documentos de uso corrente.
			Documento de arquivo	- Objeto individual que pertence à classe dos arquivos; - Recebido ou produzido por pessoas jurídicas; - Conseqüência natural dos atos e transações de uma administração (organicidade implícita);

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
				<ul style="list-style-type: none"> - Imparcial: os documentos têm como objetivo precípua atender à instituição que os produzem; - Autenticidade: a custódia era exercida pela e para a instituição produtora ou seu legítimo sucessor, garantido assim que os documentos não sofram alteração e mantenham uma cadeia ininterrupta de custódia. - O caráter probatório de uma ação é característica indispensável ao documento de arquivo.
			Arquivista	<ul style="list-style-type: none"> - Deve servir primeiramente ao arquivo e ser um guardião da custódia contínua; - Deve garantir a defesa física e moral dos arquivos; - Não deve interferir na organização natural dos documentos.
			Verdade histórica	- Caracterizada pelo conteúdo do documento.
			Verdade arquivística	- Está relacionada ao contexto de criação.
			Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Deve ser de responsabilidade do administrador e não do arquivista; - A intervenção do arquivista nos documentos diminui sua integridade e seu valor de prova imparcial do passado.
1928	Itália	Eugenio Casanova	Princípio da proveniência	<ul style="list-style-type: none"> - A recuperação da informação envolve a proveniência, ordem original, a territorialidade e o contexto de criação e utilização dos documentos; - O respeito aos fundos e a ordem original são desdobramentos do princípio da proveniência;

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
				- O respeito aos fundos e a ordem original nem sempre serão físicos. Podem ocorrer de maneira intelectual através da descrição documental, preservando assim as relações orgânicas com a entidade produtora (organicidade).
			Arquivo	- Derivado de pessoas físicas ou jurídicas; - Reunião ordenada dos documentos; - Organicidade (implícita); - Não faz distinção entre o arquivo administrativo e o histórico.
1953	Alemanha	Adolf Brenneke	Princípio da proveniência	- Perspectiva funcional; - Representação intelectual do contexto de produção dos documentos; - Não leva em consideração o atributo físico dos documentos; o arranjo é prescindível; - Através da descrição é possível representar o contexto documental; - Através das relações orgânicas, seria possível reestabelecer a relação administrativa com a produção documental.
			Arquivo	- Conjunto de documentos; - Formas documentais: papéis e outros documentos; - Recebido ou produzido por pessoas físicas ou jurídicas; - Organicidade (implícita); - Caráter evidencial; - Documentos arquivísticos estão condicionados à perenidade.

Fonte: elaboração própria, com base em Muller, Feith e Fruin (1973), Jenkinson (1922), Casanova (1928), Brenneke (1968) e Schmidt (2012).

3.2. Vertentes do pensamento moderno

Após a Segunda Guerra Mundial, manifesta-se um grande aumento na produção documental das instituições públicas e privadas. O documento de arquivo, objeto de estudo dos arquivistas, tem o seu alcance ampliado para uma dimensão administrativa, focado no viés da gestão.

Também nesse período, diferenças terminológicas são reveladas dentro da comunidade científica arquivística, novos princípios e conceitos são elaborados ou os antigos são adaptados às novas realidades. Surgem periódicos, associações profissionais e organismos internacionais, como o *International Council on Archives* (ICA). No Brasil, a Arquivologia se fortalece institucionalmente exatamente nesse período “moderno”, inspirada pelas vertentes europeias e americanas. A partir de então a profissão é regulamentada, são criadas associações profissionais e os primeiros cursos de graduação no país.

Um dos conceitos fundamentais da Arquivologia, o ciclo de vida dos documentos, ou o ciclo vital dos documentos, surgiu exatamente da verificação do aumento exponencial na produção dos documentos e da grande dificuldade no tratamento e manutenção dos mesmos. O conceito estabelece que o processo de gestão documental é similar à vida biológica de um organismo, em que o documento tem uma vida própria, e essa vida envolve uma progressão com começo, meio e fim. Desde a década de 1940, desenvolveram-se diferentes abordagens, em vários países, sobre as fases ou estágios desse “ciclo vital” dos documentos.

Philip Brooks (1940), apontado na literatura arquivística como o responsável pela elaboração do conceito, afirmou que os passos da vida de um documento envolvem a criação, o arquivamento, a avaliação, a eliminação ou a preservação permanente. Brooks associou as fases da vida de um documento à sua frequência de uso. Para o autor, quanto mais cedo na história de vida dos documentos o processo de seleção começasse, e quanto mais cedo ocorresse a cooperação entre a instituição de origem (produtores) e o arquivista, melhor seria para todos os envolvidos. Brooks (1940) também afirmou que o problema da seleção dos documentos para a preservação era tão grande e complicado que a cooperação de todas as pessoas

ligadas à sua história de vida seria necessária para a sua solução (BROOKS, 1940, p. 226).

Outro importante autor na consolidação desse conceito foi Theodore Roosevelt Schellenberg (1956), cujo pensamento contribuiu para a configuração da vertente moderna, o qual veremos mais detalhadamente adiante. Utilizando uma linguagem metafórica para explicar o conceito, o autor disse que haveria um "controle de natalidade" no contexto do uso corrente dos documentos e, posteriormente, esses documentos poderiam ser destinados ao "inferno" do incinerador ou ao "céu" de um arquivo permanente, podendo também, se necessário, passar por um "limbo" de um arquivo intermediário (SCHELLENBERG, 1956, p. 37).

Muitas vezes, como aqui no Brasil, o conceito de ciclo de vida é confundido com o de três idades¹⁴. Este conceito contempla a divisão entre os arquivos correntes, intermediários permanentes. Não há unanimidade quanto à sua autoria¹⁵, mas o francês Yves Pérotin, em seu artigo *“L'Administration et les trois ages”* (1961), relacionou o conceito à gestão de documentos.

Não se pode negar a grande influência do conceito de três idades sobre a comunidade científica arquivística. No Brasil, o conceito foi empregado na Lei nº 8.159 de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Em seu artigo 8º, onde se explica cada fase do conceito¹⁶, “os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes” (BRASIL, 1991).

A partir de sua contribuição sobre como avaliar os documentos, o grande responsável pela difusão do conceito do ciclo de vida dos documentos foi Theodore Roosevelt Schellenberg, o qual será apresentado a seguir.

¹⁴ Conforme Rousseau e Couture (1998, p. 126-127), não utilizamos a expressão “teoria das três idades”, por não se tratar de uma hipótese cujas possibilidades de aplicação necessitem ser verificadas. Tal como os autores, optamos por classificá-lo como um conceito.

¹⁵ Além de Yves Pérotin, atribui-se também a criação da “teoria das três idades” ao historiador belga Carlos Wyffels, em sua obra *Archives contemporaines et dépôts intermédiaires* (1972).

¹⁶ § 1º - Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes; § 2º - Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente; § 3º - Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

3.2.1. *Modern Archives, principles & techniques* (Theodore Roosevelt Schellenberg)

Como consequência da preocupação de reduzir a massa documental acumulada e zelar pelos documentos produzidos e recebidos pelo governo norte-americano, surge em 1934 a fundação do *National Archives of the United States* [Arquivo Nacional dos Estados Unidos]. Theodore Roosevelt Schellenberg¹⁷, recém-formado em História, foi convidado em 1935 para assumir um cargo no respectivo arquivo, onde permaneceu até 1956. Além disso, em 1954, a partir de um convite feito pela *National Librarian Harold White*, Schellenberg permaneceu na Austrália, na cidade de Canberra, por volta de seis meses e meio, onde apresentou uma série de palestras para os bibliotecários australianos que buscavam orientação sobre a administração de arquivos. Produto desse cenário, onde trabalhou por mais de vinte anos, e como extensão de suas conferências na Austrália, surge então sua obra mais conhecida, *Modern Archives, principles & techniques*, publicada em 1956 nos Estados Unidos e traduzida para o português em 1973 por Nilza Teixeira com o título “Arquivos Modernos, princípios e técnicas”.

Um dos principais representantes dessa época “moderna”, Schellenberg e sua obra (1956) são considerados como emissários dessa nova realidade. Suas ideias influenciaram não apenas o seu país, mas foram e são reconhecidas pela comunidade científica arquivística como um dos grandes marcos para área.

Para Schellenberg (1956), os manuais que existiam até aquele momento, principalmente o de Jenkinson (1922), não refletiam a realidade arquivística norte-americana e não produziram resultados se fossem aplicados aos denominados documentos “modernos”. Inclusive, em uma carta particular, Schellenberg chega a se referir a Jenkinson como um “fóssil velho”, devido a suas ideias obstruírem o

¹⁷ Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970) foi um arquivista estadunidense. Schellenberg doutorou-se em história em 1934, pela Universidade da Pensilvânia. Foi, então, em 1934 e 1935, secretário executivo do comitê sobre material para pesquisa do Conselho Americano de Sociedades Eruditas (*American Council of Learned Societies*) e do Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais (*Social Science research Council*). E, depois, historiador-assistente do Serviço Nacional de Parques. Schellenberg iniciou sua carreira no Arquivo Nacional dos Estados Unidos em 1935 e chegou a subdiretor do arquivo entre 1957 e 1963. Teve grande atividade como conferencista e consultor de programas de reforma entre 1954 - quando foi à Austrália - e 1960, quando visitou o Brasil, a convite do Arquivo Nacional. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Theodore_Roosevelt_Schellenberg. Acesso em: 27 jan. 2019.

desenvolvimento da Arquivologia “moderna”. Jenkinson, por outro lado, considerava as ideias de Schellenberg como “perigosas” aos documentos (TSCHAN, 2002, p.176-177).

Podemos observar que esse embate entre Schellenberg e Jenkinson reflete em alguma medida, e em pequena escala, o conflito de ideias a que Koselleck (2006) se refere, entre culturas, sociedades e gerações, neste caso, a respeito da teoria e dos métodos arquivísticos.

A partir da ideia das relações orgânicas dos arquivos, Schellenberg (1956) interpretou o princípio da proveniência como o fundamento da teoria e das práticas arquivísticas. O autor também incluiu o respeito aos fundos e a ordem original no contexto da proveniência, principalmente quando se refere aos arquivos históricos.

Diante da grande produção documental e da dificuldade crescente de tratar os documentos, criticando a ideia de *archive group* de Hilary Jenkinson, Schellenberg determinou o *record group*¹⁸ como metodologia para organizar os *archives* [documentos de guarda permanente]. As unidades administrativas classificariam os *records* [documentos correntes] a partir das divisões internas dos documentos de uma mesma proveniência, os *records groups*. Assim, os *archives* seguiriam a mesma classificação que os *records*.

Cabe destacar que os postulados de Jenkinson (1922) baseavam-se em sua experiência com os documentos medievais, dando ênfase ao caráter legal a partir da Paleografia e da Diplomática. Já Schellenberg (1956) baseava-se nos documentos “modernos”, a partir de grandes massas documentais.

Sobre as características de um documento de arquivo, Schellenberg (1956) destacou, a partir das definições dadas por arquivistas dos diversos países até aquele momento, os elementos tangíveis e intangíveis. Para o autor, os tangíveis – a forma dos arquivos, a fonte de origem e o lugar de sua conservação – não seriam os elementos essenciais para a caracterização do material de arquivo, e sim os

¹⁸ O termo *record group* foi definido oficialmente nos *National Archives of United States*, em fevereiro de 1941, como significando "uma grande unidade arquivística estabelecida de modo um tanto arbitrário, considerando-se devidamente o princípio da proveniência e o desejo de se dar à unidade um tamanho e caráter convenientes para os trabalhos de arranjo, descrição. e publicação de inventários (SCHELLENBERG, 2005, p. 253-254).

intangíveis. Schellenberg apontou apenas dois elementos intangíveis. (SCHELLENBERG, 2005, p. 37).

O primeiro refere-se à razão pela qual os materiais foram produzidos e acumulados. “Para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo” (SCHELLENBERG, 2005, p. 37). Para Schellenberg, a razão pela qual os documentos vieram a existir é importante.

[...] Se foram produzidos no curso de uma atividade organizada, com uma determinada finalidade, se foram criados durante o processo de consecução de um certo fim administrativo, legal, de negócio ou qualquer outro fim social são então considerados como tendo qualidade de material de arquivo em potencial. (SCHELLENBERG, 2005, p. 38).

O segundo refere-se aos valores pelos quais os arquivos são preservados. “Para que os documentos sejam arquivados devem ser preservados por razões outras que não apenas aquelas para as quais foram criados ou acumulados. Essas razões tanto podem ser oficiais quanto culturais” (SCHELLENBERG, 2005, p. 38).

Em oposição à Jenkinson (1922), que considerava que os documentos se tornariam arquivos apenas se a custódia ininterrupta fosse estabelecida, ou, se ao menos fosse possível estabelecer uma presunção razoável da mesma, Schellenberg (2005) argumentava que, para os documentos “modernos” do governo, esse critério não poderia ser levado em conta para incluir documentos (*records*) na categoria arquivos. Para o autor, os documentos modernos existiam em grande volume, eram de origem complexa e sua criação era, muitas vezes, casual. Schellenberg entendeu que a maneira pela qual os documentos “modernos” eram produzidos tornou “infrutífera qualquer tentativa de controlar os documentos *de per sí*, ou, em outras palavras, de seguir ‘linhas imaculadas’ de ‘custódia intacta’” (SCHELLENBERG, 2005, p. 39).

Para Silva (2017),

[...] Schellenberg está criticando a visão de Jenkinson a respeito da necessidade da existência de uma cadeia de custódia responsável para determinar se um dado conjunto é arquivístico ou não. O volume e o descontrole nos procedimentos de criação, existentes na administração pública americana, impedem qualquer tentativa de controlar o vínculo entre os documentos, materializado no sistema de registro e arquivamento (SILVA, 2017, p. 183).

O autor norte-americano enfatizou que o arquivista “moderno” deveria se interessar pela qualidade dos documentos que recebe, aspirando a ter a integridade dos documentos preservados. Para isso, os documentos de um determinado órgão

a) devem ser conservados num todo como documentos desse órgão; b) devem ser guardados, tanto quanto possível, sob o arranjo que lhes foi dado pelo órgão no curso de suas atividades oficiais; e c) devem ser guardados na sua totalidade, sem mutilação, modificação ou destruição não autorizada de uma parte deles (SCHELLENBERG, 2005, p. 39 e 40).

Porém, aqui, podemos nos questionar: seria suficiente que os documentos de guarda permanente fossem preservados em sua totalidade, sem “mutilação” ou “destruição não autorizada”, mesmo se houvesse a ausência da custódia ininterrupta? Entendemos que esse pensamento de Schellenberg seria uma forma de chamar atenção para o infortúnio causado pelas grandes massas documentais produzidas naquele período, onde haveria a possibilidade de os acervos não constarem em sua totalidade.

Sobre a definição do conceito de arquivo, diferentemente de Jenkinson (1922), Schellenberg (1956) formulou sua definição a partir de dois termos distintos: *records* e *archives*. O autor definiu *records* como:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (SCHELLENBERG, 2005, p. 41).

O autor definiu *archives* como:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. (SCHELLENBERG, 2005, p. 41).

Schellenberg fez então uma diferenciação entre as razões pelas quais os documentos vieram a existir para evidência e informação (*records*) – mantidos pelo produtor – e razões pelas quais foram preservados para referência e pesquisa (*archives*) – mantidos por uma instituição arquivística. Os *records* estariam vinculados

às fases corrente e intermediária, enquanto que os *archives* se referiam à fase permanente.

Cabe ressaltar também que dessa diferenciação entre os termos *records* e *archives* derivaram-se dois termos distintos para a denominação da função classificação. “Classificação” para os documentos em fase corrente, e “arranjo” para a classificação de documentos em fase permanente. Como forma de exemplificar, podemos citar dois instrumentos que são frutos dessa diferenciação: o Plano de Classificação (fase corrente) e o Quadro de Arranjo (fase permanente).

Baseado nessa diferenciação entre os termos *records* e *archives* criou-se também uma ruptura entre os profissionais que irão trabalhar com esses documentos. De um lado os *records managers*, responsáveis pelos documentos de valor corrente e intermediário, e do outro os *archivists*, responsáveis pelos documentos de valor permanente. Como fruto desta cisão, sucedeu-se a separação das associações profissionais norte-americanas. A *American Records Management and Administration*, que se tornaria em 1975 a *Association of American Records Managers and Administrators* (ARMA) – voltada para os documentos administrativos (*records*), e a *Society of American Archivists* (SAA) – voltada para os documentos de valor histórico.

A partir de sua obra *Modern Archives, principles & techniques* (1956), Schellenberg passou também a ser considerado como o pioneiro da avaliação arquivística. Para resolver o problema do crescimento da produção documental, preservando apenas os documentos considerados importantes e históricos, o autor associou o documento de arquivo aos valores que ele obtém ao longo do ciclo de vida. Sendo assim, explicou seu conceito no qual os documentos possuem dois valores: o primário e o secundário.

O valor primário é para o uso da própria entidade onde se originaram os documentos, conforme salientou Schellenberg (2015, p.180 e 181), “os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivos”. O valor secundário é para o uso das outras entidades e utilizadores privados, dividido em valor probatório – a prova que contém da organização e do funcionamento do órgão governamental, e valor

informativo – a informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições etc. com que o órgão governamental haja tratado.

Por fim, as ideias de Schellenberg também foram essenciais para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, não só pelo fato de suas obras serem traduzidas para o português, como *Modern Archives: principles and techniques* e *Public and private records: their arrangement and description*, mas “também pela sua visita, em 1960, quando, a convite do AN, ministra cursos e palestras e chega a escrever um relatório sobre os problemas arquivísticos do Governo brasileiro” (MARQUES, 2011, p. 214).

Outro autor que, devido à sua influência no desenvolvimento da Arquivologia internacional, julgamos também ser necessário destacar nesse período moderno é o australiano Peter Scott, cujas ideias serão apresentadas a seguir.

3.2.2. Series system (Peter Scott)

Por se tornar uma nação apenas em 1901, a preocupação da Austrália com os documentos arquivísticos e a fundação de seu Arquivo Nacional tem origem a partir da necessidade de organizar os documentos recém produzidos, os documentos “modernos”. Como consequência, o governo australiano passou a privilegiar os documentos administrativos em relação aos históricos, que não poderiam ser abertos à consulta antes de cinquenta anos (SCHMIDT, 2012, p. 160).

Isto posto, em 1944, Ian Maclean¹⁹ foi nomeado como Diretor da Divisão de Arquivos da Biblioteca Nacional de Commonwealth da Austrália. Inicialmente,

¹⁹ Ian Maclean (1919-2003). Nasceu em Invercargill, Nova Zelândia, e completou sua escolaridade no *Scotch College*, em Melbourne na Austrália. Se formou na universidade de Melbourne em 1940 e serviu ao exército australiano entre 1941 a 1944. Em 30 de outubro de 1944, foi nomeado para o cargo de Oficial de Arquivos na Biblioteca Nacional de Commonwealth. Em 1958, recebeu uma bolsa da Commonwealth para viajar à Europa e América do Norte, onde encontrou pessoas importantes e pesquisou sobre os sistemas de arquivos no exterior. Maclean permaneceu Diretor de Arquivos até 1968. Sob sua liderança, o sistema *Commonwealth Record Series* (CRS) foi implementado em 1966. Esse sistema ajudava a controlar os documentos em um ambiente onde departamentos do governo mudavam de nomes e funções frequentemente. De 1968 a 1974 foi o arquivista principal da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO). Em 1974 retornou para a Austrália para ocupar

Maclean baseou-se nos postulados de Hilary Jenkinson (1922) e no conceito de *archive group*, principalmente pelo fato de a Austrália, ainda que independente da Inglaterra, ter a monarquia inglesa como chefe de Estado.

Porém, em 1954, devido ao desenvolvimento australiano e ao grande aumento de sua produção documental, Maclean recebeu Schellenberg, por seis meses e meio, para auxiliá-lo em seus problemas. Schellenberg então recomendou a aplicação do conceito *record group* e sugeriu que a Divisão de Arquivos se tornasse independente da Biblioteca, o que viria a efetivar-se no ano de 1961, quando a unidade ganharia um novo nome, *Commonwealth Archives Office* – atual Arquivo Nacional da Austrália.

Pouco tempo depois, Ian Maclean constatou que a aplicação dessa abordagem, o *record group*, não era mais capaz de resolver o problema do controle intelectual dos arquivos australianos, pois a Austrália era um país recente e suas estruturas administrativas mudavam constantemente.

Surge então a figura do jovem linguista Peter Scott²⁰, recém-nomeado em 1964 para trabalhar no Arquivo de Commonwealth, que fez uma sugestão radical: abandonar a abordagem do *record group* e adotar o que nomeou de *series system*, ou “sistema de séries”. A partir desse sistema “seria possível descrever as relações entre os documentos, os criadores e os processos que o demandaram de maneira a abarcar todo o seu trâmite independente das instabilidades administrativas” (SCHMIDT, 2012, p. 161).

Scott (1966, p. 498) apresentou seu sistema a partir de dois componentes básicos: o controle do documento e o controle do contexto. O primeiro compreende quatro elementos: série, item, documento e informação. O segundo também

o cargo de Diretor no *Australian Archives* e em 1976 foi nomeado Arquivista Principal na *Archives Authority of New South Wales*, onde permaneceu até 1980. Em sua aposentadoria, ele continuou envolvido ativamente nos arquivos, sempre disposto a compartilhar seus conhecimentos. A carreira em arquivos durou 50 anos e é lembrado por seu serviço aos arquivos do governo, pelo qual foi feito membro da Ordem da Austrália, em 1996. Ele foi o vice-presidente inaugural da Sociedade Australiana de Arquivistas e ocupou cargos nacionais e internacionais na profissão arquivística. Disponível em: <http://www.naa.gov.au/about-us/grants/ian-macleane/bio.aspx>. Acesso em: 26 ago. 2018.

²⁰ Peter Scott (1930-). Influente arquivista australiano, notável por seu trabalho no desenvolvimento do sistema de séries para processamento de arquivos. Sua formação acadêmica é em linguística, e ele foi apresentado pela primeira vez aos arquivos em 1954, quando sua avó lhe deu uma caixa de cartas antigas da família. Sua especialização sobre arquivos é relativa aos documentos governamentais. Disponível em: http://cooper.library.illinois.edu/ica-suv/bio_pdfs/Scott-Peter-J.pdf. Acesso em: 26 ago. 2018.

compreende quatro elementos: organização, agência, família e pessoa. Para Scott (1966) a aplicação do *series system* consolidaria os relacionamentos entre os documentos e seu contexto de produção.

Pelo fato de os documentos possuírem simultâneas e sucessivas relações de proveniência, nas quais essas deveriam estar inter-relacionadas, Scott (1966) buscava encontrar maneiras mais eficientes de documentar esses complexos sistemas de proveniência, já que a abordagem do *record group* não era mais considerada como eficaz para esse tipo de situação. Schmidt (2012) entende a proposta de Scott (1966) como

[...] um modelo que respeita o Princípio da Proveniência e, diferente dos americanos que trabalham com subgrupos baseados na estrutura administrativa, partem das Séries de documentos criadas pelas funções para então classificá-los. (SCHMIDT, 2012, p.162).

Sendo assim, Scott pretendia ter o controle intelectual dos documentos através da descrição dos vários contextos, os quais reproduziriam a natureza dinâmica de criação daqueles. Ademais, pelo fato de o contexto administrativo estar registrado em instrumentos de descrição, essa nova sistemática possibilitaria a não inclusão das séries em uma ordem física original.

Observamos que a abordagem do sistema de séries de Scott (1966) se aproxima das concepções de Casanova (1928) e Brenneke (1968). Conforme exposto anteriormente, Casanova (1928), ao refletir sobre a aplicação do princípio da proveniência, destacou que a recuperação da informação deve considerar a observação do contexto de criação e utilização dos documentos, e que, mesmo que os fundos estejam fisicamente separados e a ordem original tenha sido desfeita, os documentos, a partir da descrição, poderão manter suas relações orgânicas, de maneira intelectual, com a entidade produtora. Assim também entendia Brenneke (1968), o qual não levava em consideração o atributo físico dos documentos. Para esse autor, através da descrição, seria possível representar o contexto da produção documental, não sendo imprescindível o arranjo dos documentos físicos.

A publicação do seu artigo "*The Record Group Concept: A Case for Abandonment*" não foi muito bem recebida pela comunidade arquivística internacional e foi bastante criticada à época, principalmente pelo fato de criticar a teoria do *record*

group de Schellenberg e a “fiscalidade” dos arquivos proposta desde o manual dos arquivistas holandeses.

Porém, a abordagem do *series system* foi fundamental para o desenvolvimento arquivístico australiano, principalmente ao influenciar a construção do modelo *records continuum*. Para Cook (1997), Peter Scott é o fundador da “Revolução Pós-Custodial” do pensamento arquivístico mundial e, embora ele trabalhasse em um mundo de papel, seus *insights* são especialmente relevantes para os arquivistas que enfrentam o desafio dos documentos eletrônicos, onde “a fiscalidade do documento tem pouca importância em comparação com seus contextos multirrelacionais de criação e uso contemporâneo” (SCOTT, 1966, p. 39, tradução nossa).

Finalizando esta seção sobre as vertentes arquivísticas do período moderno, a partir do quadro a seguir, continuamos a entender o processo de ressignificação (diacronia) dos princípios e conceitos da Arquivologia.

Quadro 2 - Síntese das vertentes do pensamento moderno

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
1956	Estados Unidos	Theodore Roosevelt Schellenberg	Princípio da proveniência	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamento da teoria e práticas arquivísticas; - Inclui o respeito aos fundos e a ordem original no contexto da proveniência, principalmente quando se refere aos arquivos históricos; - Critica a ideia de <i>archive group</i> e determina o <i>record group</i> como metodologia para organizar os <i>archives</i> (documentos de guarda permanente).
			Características de um documento de arquivo	<ul style="list-style-type: none"> - Tem de ser criado e acumulado na consecução de algum objetivo; - Deve ser preservado por razões outras que não apenas aquelas para as quais foi criado ou acumulado. Essas razões tanto podem ser oficiais quanto culturais; - Devido ao grande volume documental e à origem complexa, não considera a cadeia de custódia responsável por determinar se um documento é arquivístico ou não.
			<i>Records</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Produzido ou recebido por qualquer entidade pública ou privada; - Independente da sua apresentação física ou característica; - Mantidos pelo produtor para evidência e informação; - Fases corrente e intermediária; - Organicidade (implícita).

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
			<i>Archives</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Preservados/selecionados para referência ou pesquisa; - Fase permanente.
			Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Associa o documento de arquivo aos valores que ele obtém ao longo do ciclo de vida; - Os documentos possuem dois valores: o primário e o secundário; - Valor primário: para o uso da própria entidade onde se originaram os documentos. Avaliados pelos próprios produtores. - Valor secundário: para o uso das outras entidades e utilizadores privados, dividido em valor probatório e valor informativo.
1966	Austrália	Peter Scott	<i>Series system</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de descrever as relações entre os documentos, os criadores e os processos que o demandaram de maneira a abarcar todo o seu trâmite independente das instabilidades administrativas; - Maneira mais eficiente de documentar os complexos sistemas de proveniência, já que a abordagem do <i>record group</i> não era mais eficaz para esse tipo de situação; - Dois componentes básicos: o controle do documento e o controle do contexto; - Controle intelectual dos documentos através da descrição dos vários contextos; - Não inclusão das séries em uma ordem física original.

Fonte: elaboração própria, com base em Schellenberg (1956) e Scott (1966).

3.3. Vertentes do Pensamento Contemporâneo

Imersa num contexto digital de complexidades e imprecisões, a comunidade científica arquivística se deparou com um novo problema: o objeto de trabalho dos arquivistas, o documento de arquivo, se desassociou da questão da materialidade ao serem produzidos em sistemas informatizados, dificultando assim a identificação da proveniência e o inter-relacionamento entre os documentos.

Além disso, algumas abordagens passaram a reconsiderar o papel social da Arquivologia e compreender a área como subordinada à Ciência da Informação, interpretando que o objeto de estudo deixou de ser o documento de arquivo e passou a ser a informação.

Ao longo desta subseção descrevemos as principais abordagens desse “alvorço” dentro da comunidade arquivística internacional, principalmente a dicotomia entre os prismas “pós-modernos” ou “pós-custodiais” e a ótica “tradicional” ou “custodial”.

3.3.1. Arquivística Integrada (Carol Couture e Jean-Yves Rousseau)

A Arquivística Integrada, escola canadense francesa, surgiu na década de 1980 representada principalmente pelos canadenses Carol Couture²¹ e Jean Yves Rousseau²².

²¹ Carol Couture (nascido em 8 de outubro de 1945 em Jonquière) é professor e arquivista de Quebec. Ele foi diretor da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação (EBSI) da Universidade de Montreal entre 2001 e 2005 e agora é professor honorário. De 2006 a 2012, foi curador e diretor geral dos arquivos da *Bibliothèque et Archives Nationales du Québec*. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Carol_Couture. Acesso em: 27 jan. 2019.

²² Jean-Yves Rousseau nasceu em 10 de maio de 1948, em Montreal. Líder no desenvolvimento da Arquivologia de Quebec. Depois de estudar humanidades clássicas e ciências sociais (1963-1969), Jean-Yves Rousseau iniciou seus estudos universitários em história na Universidade de Quebec, em Montreal, onde obteve um diploma de bacharel em 1973 e começou no ano seguinte um mestrado. Ao mesmo tempo, formou-se em 1972 com um certificado de competência em arquivamento e, entre 1977 e 1980, enriqueceu seu currículo com um certificado da *Case Western University* (Ohio, Estados Unidos), e depois por cursos de administração na Escola de Estudos Comerciais de Montreal. Em 1997,

Resultante de uma época denominada “Era da Informação”, a Arquivística Integrada traz uma perspectiva de uma Arquivologia nova, integradora e englobante, inserida no campo da Ciência da Informação. Seu foco é a gestão da informação orgânica, a qual vai além da gestão documental, onde terá um papel determinante para a disseminação das informações e tomada de decisão nas organizações.

É participando na resolução dos problemas ligados à gestão da informação nos organismos que a arquivística encontra sua nova vocação. Para corresponder de forma adequada ao desafio, a arquivística tem de definir-se em função de uma abordagem integrada e fazer escolhas estratégicas quanto à sua organização interna, às suas alianças e à sua renovação (formação e investigação). Dependerá destas escolhas estratégicas que a arquivística caminhe para um êxito ou para um fracasso. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 69).

Desempenhando sua função com o foco na gestão da informação, essa “nova Arquivística” pretende integrar todas as fases do ciclo de vida dos documentos, desde os documentos correntes até os permanentes, garantindo uma unidade em todo o trabalho arquivístico, onde a classificação poderá ocorrer em qualquer etapa dessa “vida” dos documentos. Nessa perspectiva integradora e informacional, a abordagem rejeita a separação entre *records* e *archives* e tem como objetivo considerar simultaneamente o valor primário e secundário dos documentos.

Cabe destacar que essa pretensão de garantir uma unidade em todo o trabalho arquivístico e integrar todas as fases do ciclo vital dos documentos é diferente da abordagem do modelo australiano *records continuum*, o qual será apresentado na próxima subseção. A Arquivística Integrada respeita a perspectiva das três fases/idades documentais, sugerindo a integração dessas. O modelo *records continuum* possui uma natureza sincrônica ao invés de linear, não contendo a divisão de fases/idades.

Essa abordagem integrada surge com a justificativa de que a Arquivologia deve dotar-se de uma imagem forte e, conseqüentemente, ser reconhecida socialmente. Para isso, essa “Arquivística Global” deve atingir três objetivos essenciais à sua viabilidade:

formou-se na Faculdade de Ciências da Educação como Ph.D, com sua tese sobre a contribuição do estágio para a formação profissional dos arquivistas de Quebec. Disponível em: <http://archiv.umontreal.ca/P0000/P0252.html>. Acesso em: 27 jan. 2019.

[...] garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e de valor secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização dos arquivos; e integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70).

Para esses estudiosos, só a partir dessas condições indispensáveis é que a Arquivologia vai adquirir um certo poder, como acontece com outras disciplinas, ou então permanecerá como um setor de segunda ordem (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70).

Prosseguindo, Rousseau e Couture (1998, p. 79) acreditam que o princípio da proveniência é a base teórica da Arquivologia, “a lei que rege todas as intervenções arquivísticas”. Para os autores, todas as intervenções do arquivista devem ocorrer sob o princípio da proveniência e do reconhecimento do fundo como unidade central das operações arquivísticas. Os autores consideram também que a proveniência se desdobra em dois graus, respeito aos fundos e à ordem original. O primeiro é aplicado quando se deixam juntos ou quando se agrupam, se tiverem sido dispersos, todos os documentos criados ou recebidos por determinada pessoa, ou organismo, no exercício das suas respectivas atividades. O segundo exige que todos os documentos de um fundo de arquivo ocupem um determinado lugar que tem de ser respeitado ou restabelecido, caso a ordem primitiva ou a ordem original tenha sido modificada por qualquer razão (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 79).

A partir desse contexto, surgem os conceitos de “informação orgânica” e “informação não orgânica”. A informação orgânica é “aquela que é elaborada, enviada ou recebida no âmbito da missão da organização”. A informação não orgânica é “produzida fora do âmbito da missão da organização e existe muitas vezes nos locais de trabalho, na biblioteca ou no centro de documentação, sob a forma de publicações, de banco de dados ou dossiês temáticos” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 64 e 65).

Os autores também afirmam que “a produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 65). Portanto, interpretamos que Rousseau e Couture (1998) consideram “informação orgânica” como sinônimo de documento de arquivo. Por não considerar a distinção entre *records* e *archives*, essa informação orgânica pode ter um valor primário e secundário.

3.3.2. *Records continuum* (Frank Upward e Sue Mckemmish)

Concebido na Austrália em 1996 por Frank Upward²³, o modelo *records continuum* desenvolveu-se a partir da dificuldade de implementar a gestão dos documentos arquivísticos digitais. Segundo tal modelo, demonstrando sua natureza sincrônica ao invés de linear, a produção, o uso e a preservação dos documentos considerados em três fases distintas, apregoadas pelos defensores do conceito de ciclo de vida dos documentos, são insuficientes para garantir a integridade e contextualização dos documentos que são gerados simultaneamente e, às vezes, por diversos produtores em contextos contínuos de inter-relação. Upward (1996, p.1) considerou o modelo *records continuum* como “resultado de uma mistura teórica entre Arquivologia, Pós-Modernismo e Teoria de Estruturação de Anthony Giddens”.

Upward (1996) inicia sua abordagem a partir do que considerou como princípios estruturais para sua teoria do *continuum*:

- 1) Um conceito de “*records*” que inclui documentos de valor contínuo (=archives), que enfatiza seu uso para propósitos transacionais, comprobatórios e de memória, e que unifica abordagens para arquivamento/manutenção de documentos, se os documentos são mantidos por uma fração de segundo ou um milênio; 2) Um foco nos documentos como entidades lógicas ao invés de físicas, independentemente de estarem em papel ou em formato eletrônico; e 3) A institucionalização do papel do profissional *recordkeeping*²⁴ requer uma ênfase particular sobre a necessidade de integrar o *recordkeeping* aos processos e finalidades sociais e administrativos (UPWARD, 1996, p. 5, tradução nossa).

Ainda em sua obra *Structuring the Records Continuum - Part One: Postcustodial Principles and Properties* (1996), Upward demonstrou as propriedades do *records continuum* por meio de um modelo constituído de eixos, coordenadas e

²³ Frank Upward é o principal pesquisador do Centro de Informática Organizacional e Social do grupo de pesquisa *Records Continuum*. Anteriormente, ele foi professor sênior na Universidade Monash, na Austrália, conduzindo unidades em arquivos, documentos, gerenciamento de informações e atividades de sistemas de informação com referência particular ao design de sistemas de *recordkeeping*. Ele trabalhou como consultor e praticante nessas áreas cognatas do processamento de informações e é codiretor do *Recordkeeping Institute*, uma organização sem fins lucrativos que promove melhores práticas de *recordkeeping*. Disponível em: <https://recordscontinuum.info/wiki/UpwardFrank>. Acesso em: 5 fev. 2019.

²⁴ No contexto australiano, *recordkeeping* é a criação e manutenção de evidências completas, precisas e confiáveis de transações de negócios sob a forma de informação registrada. (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA, 2005, tradução nossa). Disponível em: http://pandora.nla.gov.au/pan/52999/20050926-0000/www.naa.gov.au/recordkeeping/rkpubs/recordkeeping_glossary.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

dimensões, destacando que o modelo é contínuo e que se trata de um construto espaço-temporal, diferente da abordagem do ciclo de vida. Os quatro eixos, que sintetizam grandes temas da Arquivologia — identidade, evidência, transação e *recordkeeping* —, apresentam coordenadas que se vinculam por meio de dimensões, representadas no modelo mediante círculos concêntricos²⁵.

Conduzindo a discussão para a questão da custódia e refletindo sobre o papel do arquivista ante a gestão dos documentos digitais, Upward (1996) enfatizou que o profissional não deve ser apenas um simples custodiador de documentos, mas entende como essencial que ele participe do processo que lhes dará origem, atribuindo critérios e contribuindo para a sua produção.

Assim, contrariando a ideia da cadeia de custódia ininterrupta de Jenkinson (1922) e em oposição aos teóricos que defendem o “arquivo como um lugar”, a teoria australiana sugeriu a adoção de estratégias de “custódia distribuída” ou “pós-custódia”. Para o norte-americano Philip C. Bantin (1998, p.7) a premissa básica que sustenta essa posição é que, no ambiente eletrônico, as instituições arquivísticas podem cumprir suas responsabilidades sem assumir a custódia física dos documentos. Nisso, o recolhimento dos documentos permanentes para um arquivo poderia ser adiado por períodos mais longos do que no passado e, em alguns casos, poderiam permanecer indefinidamente sob a custódia do órgão produtor. Para isso, seria necessário desenvolver novas metodologias e técnicas para gerenciar documentos em um ambiente de custódia distribuída (BANTIN, 1998, p.7).

As ideias de “custódia distribuída” ou “pós-custódia” basearam-se em quatro argumentos que apoiaram suas posições: 1) sobre os custos, seria extremamente dispendioso e um enorme desperdício de recursos tentar duplicar na instituição arquivística os ambientes tecnológicos já existentes nos “escritórios de criação” dos produtores; 2) em relação às mudanças na tecnologia, a rápida mudança tecnológica e a relutância dos fabricantes em dar suporte aos *hardwares* antigos tornariam extremamente difícil para um repositório centralizado gerenciar os documentos digitais de uma instituição; 3) sobre as habilidades necessárias, seria difícil para os arquivistas aprender as habilidades e fornecer o conhecimento necessário para acessar e

²⁵ Ver Costa Filho (2016, p. 142 e 143), onde o autor elabora um quadro com a síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo *records continuum*.

preservar a ampla variedade de tecnologias e formatos em uso; 4) e, por último, insistir na custódia, deixando documentos importantes fora dos limites da manutenção dos documentos, resultaria em perdas de informações (BANTIN, 1998, p.7).

Sobre o conceito de documento de arquivo, Sue Mckemmish²⁶ e Frank Upward, em seu artigo “*The Archival Document*”, consideraram que:

O documento de arquivo pode ser melhor conceituado como informação registrada resultante de transações – ele é criado naturalmente no curso de transações de qualquer tipo, seja por governos, empresas, organizações comunitárias ou indivíduos particulares. (MCKEMMISH e UPWARD, 1990, apud MCKEMMISH et. al., 2005, n.p., tradução nossa).

Os autores, ao se referirem ao documento de arquivo não utilizaram o termo *record*, e sim *archival document*. Destacaram, também, que “a documentação de uma transação é arquivística a partir do momento em que o documento é criado e o documento de arquivo retém o valor evidencial durante o tempo em que existe” (MCKEMMISH; UPWARD, 1990, apud MCKEMMISH, 2005, n.p., tradução nossa).

Como dito anteriormente, a partir do que considera como princípios estruturais para sua teoria do *continuum*, Upward (1996), ao conceituar o documento de arquivo contínuo, enfatizou seu uso para propósitos transacionais, comprobatórios e de memória, unificando abordagens para arquivamento e manutenção de documentos, mesmo se os documentos fossem mantidos por uma fração de segundo ou um milênio. O autor entende os documentos como entidades lógicas ao invés de físicas, independentemente de estarem em papel ou em formato eletrônico, destacando-os como uma representação intelectual. Os documentos arquivísticos são vistos como evidência de transações contextualizadas no tempo e no espaço, de maneira dinâmica.

Apoiando-se em Mckemmish, Rondinelli (2013) entende que

²⁶ Sue McKemmish é professora, arquivista e pesquisadora australiana no campo da Arquivologia. Está atualmente na *Associate Dean Graduate Research* na Faculdade de Tecnologia da Informação da Universidade Monash, em Melbourne. Trabalhou por 15 anos para o *National Archives of Australia* e o *Public Record Office Victoria*. Em 1990, se juntou a Frank Upward na *Monash University* para desenvolver um currículo para profissionais de *recordkeeping* nos níveis de graduação e pós-graduação. Também desempenhou um papel significativo no desenvolvimento do pensamento contínuo dos documentos que levou ao modelo *records continuum* de Frank Upward. Na década de 1990, foi um membro fundador do grupo de pesquisa *Records Continuum* de Monash. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Sue_McKemmish. Acesso em: 9 jan. 2019.

[...] a concepção de documento de arquivo contínuo leva em conta uma visão multidimensional: em lugar de encará-lo como uma produção e utilização dentro dos limites da entidade que o gera, assume-se uma dimensão pluralista, no momento em que ele deixa de ser um 'documento de arquivo como memória pessoal/corporativa' para se tornar 'um documento de arquivo como memória coletiva'. Como tal, esse documento é passível de novas contextualizações e se encontra sempre num processo de vir a ser. (RONDINELLI, 2013, p. 190).

Para Mckemmish (2005, n. p.), os documentos arquivísticos são fixos e mutáveis ao mesmo tempo, “sempre em processo de transformação”. Essa visão contrasta com as ideias tradicionais de documento, que enfatizam a natureza fixa e estática, totalmente formado e fechado. Para a autora, os documentos arquivísticos estão ligados a outros e camadas cada vez mais amplas de metadados contextuais gerenciam seus significados e permitem sua acessibilidade e usabilidade à medida que se movem pelo espaço-tempo.

Em síntese, o modelo *records continuum* apresenta o conceito de documento de arquivo contínuo a partir da unificação dos termos *records* e *archives*; dá ênfase à natureza evidencial, transacional e contextual dos documentos; e, proporciona uma visão multidimensional da produção dos documentos no contexto social e organizacional, ligando-os a camadas de metadados contextuais.

3.3.3. Arquivística Funcional/Pós-Moderna (Terry Cook)

A Arquivística Funcional ou “Pós-Moderna” é uma abordagem da escola canadense inglesa que surgiu na final da década de 1980. Iniciada por Hugh Taylor²⁷,

²⁷ Hugh Alexander Taylor (1920-2005). Nasceu na Inglaterra em 1920, estudou História na Universidade de Oxford e Arquivologia na Universidade de Liverpool. Na Inglaterra, sua carreira arquivística inicial incluiu cargos nas Bibliotecas Públicas de Leeds, nas Bibliotecas Públicas de Liverpool, no condado de Northumberland e na Universidade de Newcastle Upon Tyne. Taylor emigrou para o Canadá em 1965, assumindo a posição de arquivista provincial fundador do Arquivo Provincial de Alberta. Em 1967 se tornou Arquivista Provincial de New Brunswick. Em 1971 trabalhou no Arquivo Público do Canadá como Diretor da Seção Histórica, o qual renomeou para Seção dos Arquivos pouco depois da sua chegada. Em 1978 deixou o Arquivo Público do Canadá para se tornar o Arquivista Provincial da Nova Escócia. Taylor se aposentou em 1982 e foi um forte defensor da recém-formada Associação de Arquivistas Canadenses, bem como de sua nova revista acadêmica, *Archivaria*. Também foi presidente da *Society of American Archivists* (SAA), de 1978 a 1979. Disponível em: <http://archivesalberta.org/membership/awards-and-honours/hugh-taylor>. Acesso em: 9 set. 2018.

foi aperfeiçoada e aprofundada mediante os estudos do canadense Terry Cook²⁸, o qual consideramos um dos mais polêmicos teóricos contemporâneos e grande crítico das ideias das vertentes “clássica” e “moderna”.

O nome “Arquivística Funcional” surge de uma abordagem “pós-moderna” que se baseia na análise funcional do processo de produção dos documentos. O principal foco dessa abordagem é o “contexto por trás do texto”. O importante é analisar quem, por que e como produziu, além de saber quais as intenções por trás do texto produzido. Diferente da Diplomática Arquivística/Contemporânea, que veremos adiante, essa análise parte do sentido do “criador” para o documento, e não o contrário, permitindo uma melhor compreensão da função, do processo e das atividades que o geraram.

Mais uma vez observamos que o que parece ser uma abordagem “inovadora”, em parte, reproduz pressupostos já contemplados desde as vertentes clássicas. Essa perspectiva funcional que destaca a recuperação da informação através da observação do contexto de criação e utilização dos documentos, de maneira intelectual e que não considera os atributos físicos dos documentos, vem sendo desenvolvida desde autores como Casanova (1928) e Brenneke (1968).

Terry Cook considera os princípios e métodos concebidos no final do século XIX e início do século XX obsoletos, e afirma que é necessário que a Arquivologia, para sua sobrevivência, se adapte aos dias atuais e repense seus fundamentos. Para isso, o autor entende que a adoção de um novo paradigma é fundamental e substancial, o que já estaria acontecendo. Cook considera que essa mudança deve ocorrer no nível das teorias e dos conceitos básicos.

[...] não é apenas um "ajuste tecnológico" em que estamos fazendo o que sempre fizemos um pouco mais rápido e um pouco mais inteligente – com o

²⁸ Terry Cook (1947-2014). Nasceu em Vancouver no Canadá. Obteve seu diploma de bacharel em Artes pela Universidade de Alberta em 1969, seu mestrado em Artes na *Carleton University* em 1970 e seu Ph.D em História Canadense da *Queen's University* em 1977. Trabalhou por vários anos no Arquivo Nacional do Canadá, especialmente em avaliação de arquivos. Também foi professor associado do Programa de Estudos de Arquivos no Departamento de História da Universidade de Manitoba (1998-2012). Durante seu tempo no Arquivo Nacional do Canadá, se estabeleceu como uma voz respeitada na teoria arquivística, particularmente no desenvolvimento da macroavaliação. Também trabalhou como consultor de arquivo na *Clio Consulting* (1996-2014). Escreveu mais de 80 artigos e editou muitos periódicos acadêmicos, incluindo *Archivaria*, *American Archivist* e *Archival Science*. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Terry_Cook_\(archivist\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Terry_Cook_(archivist)). Acesso em: 9 set. 2018.

auxílio de computadores, treinamentos, melhores metodologias ou até mesmo melhor suporte financeiro. (COOK, 2007, p. 413, tradução nossa).

Embora tais melhorias concedam alívio a curto prazo, Cook (2007) entende que elas não são adequadas para lidar com a transformação fundamental nos arquivos e na sociedade da informação. Isso seria apenas um "band-aid" que não resolveria os problemas que enfrentamos. Para o autor, que também se vale de metáforas para explicar seu ponto de vista, precisamos mesmo é de um novo diagnóstico, seguido de uma nova cura.

O canadense Terry Cook também é um dos principais validadores do pensamento "pós-custodial". Para ele, os arquivistas, apesar de amorosamente cuidarem, salvarem, restaurarem e conservarem os documentos, não podem mais se dar ao luxo de ser apenas considerados guardiões das coisas em um mundo digital, mas devem começar a ser fornecedores de conceitos. Para o autor, os arquivistas precisam desenvolver um novo pensamento e novas abordagens para os documentos digitais. "Nós temos mentes de papel tentando lidar com as realidades eletrônicas. Nossas mentalidades e soluções refletem gerações de prática em um mundo baseado em papel" (COOK, 2007, p. 403, tradução nossa).

Portanto, Cook frisa que os arquivistas devem se tornar parceiros ativos nas funções, programas e processos de negócios de suas empresas ou de seus governos, tornando-se o foco da memória coletiva de sua instituição (COOK, 2007, p. 419). Este pensamento de Cook se coaduna com as ideias de Upward (1996), o qual acredita como essencial que o arquivista participe do processo de produção dos documentos, atribuindo critérios e contribuindo para sua elaboração.

Ao afirmar o papel do "arquivista pós-moderno" como sujeito ativo na produção documental, Cook critica os postulados de Jenkinson (1922), que afirma que o documento de arquivo é um subproduto de uma atividade administrativa, neutro e imparcial. Para Cook (2007), os arquivistas, apesar das "ideias jenkinsonianas" de estrita imparcialidade, são e sempre foram parte do processo histórico em que se encontram e fazem parte também do racionalismo científico.

[...] os arquivistas devem aceitar, ao invés de negar, sua própria historicidade, isto é, sua própria participação no processo histórico. Os arquivistas devem reintegrar o subjetivo (a mente, o processo e a função) com o objetivo (a matéria, o produto documental e o sistema de informação) em suas construções teóricas. (COOK, 2007, p. 441, tradução nossa).

Para Cook (2007) há dois fatores responsáveis por transformar a antiga mentalidade de custódia em “pós-custódia”. O primeiro é o volume e a extensão dos documentos digitais contemporâneos. “A falha central na antiga abordagem da ‘era da custódia’ é que há simplesmente muitos documentos ‘em um fundo’ para os arquivistas avaliarem” (COOK, 2007, p. 422, tradução nossa). O segundo está relacionado ao tipo de documento que está sendo produzido em um mundo computadorizado. A partir das múltiplas proveniências, não há um documento físico tradicional, mas sim a combinação e recombinação de dados das diferentes maneiras para diferentes transações. “Transformar esse ‘documento’ em um ‘documento de arquivo’ é o principal desafio que os profissionais da informação enfrentam agora” (COOK, 2007, p. 422 e 423, tradução nossa).

Refletindo sobre essa justificativa de Cook, surge o seguinte questionamento: esses dois fatores são motivos suficientes para desconsiderarmos o pensamento “custodial” e aderirmos às ideias “pós-custodiais”? O fato de haver muitos documentos “em um fundo” não poderia ser resolvido pela Diplomática Arquivística/Contemporânea, a qual será detalhada adiante, que ao invés de considerar os documentos arquivísticos como entidades individuais os considera como conjunto documental? Ademais, sobre o segundo fator, o que “transforma” um documento em um documento de arquivo não está relacionado ao seu suporte, mas sim à conexão com a atividade e o seu caráter orgânico, além de outras características e atributos, que variam entre as definições dos autores, conforme estamos mostrando nesta dissertação.

Continuando a proposta de Cook, o autor afirma que a tendência intelectual dominante no mundo contemporâneo é o pós-modernismo. Conseqüentemente, os arquivos seriam afetados, obrigando assim a Arquivologia se adaptar a essa nova realidade (COOK, 2001a, n. p.).

Ao explicar o que seria seu entendimento de ciência pós-moderna, Cook (2001, n.p.)²⁹ declara que os “pós-modernos” contrariam os “modernos” pelo fato de estes defenderem a noção de verdade universal, o conhecimento objetivo com base no

²⁹ Utilizamos “n.p.” para indicar a expressão “não paginado”. Neste trabalho, quando aparecer “n.p.” significa que o livro consultado está em formato digital, não possuindo a divisão de páginas ou dispõe de uma paginação irregular, a qual muda de acordo com o tamanho da janela do programa apresentado no computador.

racionalismo científico e a defesa do método científico como validação do conhecimento. Tudo isso deve ser rejeitado como quimeras. O autor continua dizendo também que algumas das ideias do pós-modernismo são apoiadas por uma literatura crescente sobre a história dos arquivos, mas que, infelizmente, na maioria das vezes, não é escrita por arquivistas. Cook (2001) utiliza-se da ideia de Jacques Le Goff ao afirmar que “o documento não é matéria-prima objetiva e inocente, mas expressa o poder da sociedade do passado (ou da atual) sobre a memória e sobre o futuro: o documento é o que resta” (COOK, 2001a, n. p.).

Schmidt (2012) pondera que essas reflexões de Cook exigem análises mais detidas e cuidadosas. Segundo a autora

[...] a noção de verdade universal, de uma ciência absoluta e racional, são consequências contextuais de importantes momentos históricos pelos quais as sociedades passaram e que lhes trouxeram inúmeros avanços. Assim como o mundo sofre transformações e é dinâmico, para utilizar elementos de caracterização do mundo contemporâneo utilizados por Cook, o pensamento científico também o é. O processo é ininterrupto e o que foi construído não pode ser “dispensado como quimeras”. Afinal, parte-se destas construções para pensar outras. A Arquivologia não começa no mundo contemporâneo e nem é “melhor” neste mundo, e sim está inserida no processo de desenvolvimento que passou e passa. Além disso, ao apropriar-se das palavras de Le Goff, Cook não contextualiza que a crítica do historiador foi construída para ser contra a concepção positivista do documento como fonte de verdade histórica. (SCHMIDT, 2012. p. 200).

Ademais, para os “pós-modernos”, o documento é visto como uma forma de manipulação e poder, onde sempre há intenções por trás dele, construindo relações de poder entre o dominador e o dominado. Para Cook (2001b)

[...] nenhum texto é subproduto inocente da ação administrativa ou pessoal, mas sim um produto construído – embora essa construção consciente possa ser transformada em padrões inconscientes de comportamento social, convenções de linguagem, processos de organização, imperativos tecnológicos e modelos de informação que ligam à natureza construída, que está escondida. O arquivista pós-moderno expõe essas realidades contextuais mais profundas. (2001b, p. 25, tradução nossa).

Sobre este pensamento de Cook, podemos retomar as ideias de Koselleck (2006), ao afirmar que, na abordagem da história dos conceitos, estes demonstram as ações e experiências humanas expressas na linguagem e quais as intenções políticas e ideológicas de um período específico. Essas ações, experiências e intenções políticas e ideológicas estão representadas nos próprios documentos, os quais foram criados a partir de conceitos que as expressam.

Prosseguindo, Cook (1997) considera o princípio da proveniência como fundamental para a teoria e práticas arquivísticas. Porém, ele o amplia e o (re)define a partir da ideia do “contexto por trás do texto”. A proveniência torna-se mais conceitual do que física, o que seria apropriado para a “era do documento digital”. A “nova” proveniência também é mais funcional que estrutural, uma vez que é apropriada para uma época onde a estabilidade organizacional está desaparecendo em todos os lugares. A proveniência refletirá as funções e atividades que levaram o produtor a criar um documento, seja em uma instituição ou em uma organização dinâmica, com pessoas diferentes em diversas localidades. Ou seja, a proveniência é “virtual” e se relaciona à função e atividade geradora. O foco passa para as propriedades dos documentos como testemunho de ações e transações do seu criador no contexto orgânico de sua produção e manutenção dos documentos, para que se analise e avalie o porquê da criação dos documentos (COOK, 1997, p. 31 e 32).

Por refletir essa “nova abordagem” de proveniência, a aplicação do princípio da ordem original não é mais possível ou não faz mais sentido. O arranjo e a descrição dos documentos devem ser aplicados não mais às entidades físicas documentais, e sim à compreensão contextual das relações do documento com seu contexto de criação.

Apesar disso, Cook (2007) ainda entende que os documentos permanecem para os arquivistas como a principal fonte de grande parte desse conhecimento contextual, baseado na análise e compreensão histórica, diplomática, hermenêutica e organizacional. O autor considera que essa nova realidade não seria o abandono do documento, mas, percebendo que há muitos deles, Cook defende que os arquivistas não podem entendê-los “olhando para bilhões e bilhões deles”. Ao invés disso, devem começar com uma compreensão do contexto do processo de criação e o uso do documento (COOK, 2007, p. 411).

Para Cook, o documento de arquivo não deve ser compreendido como um objeto estático e físico, mas como um conceito dinâmico e virtual, não mais um subproduto passivo, mas um agente ativo na memória coletiva e organizacional. Segundo Cook (2007)

[...] nesse ambiente eletrônico fluido, a ideia de um documento pertencente fisicamente a um lugar ou mesmo a um sistema está desmoronando diante

de novos paradigmas conceituais, em que o "criador" é um processo mais fluido de manipular informações de várias fontes e de várias maneiras, ao invés de algo que leva a um produto físico estático e fixo. (COOK, 2007, p. 423, tradução nossa).

Além disso, Cook (2007) compreende que os três componentes de um documento de arquivo - conteúdo, estrutura e contexto - também devem ser vistos de uma maneira diferente e abordados com novas estratégias. Nos documentos em suporte papel, todos os três elementos são armazenados ou representados no mesmo meio físico e são legíveis ao olho humano. As palavras, frases, números e símbolos são o conteúdo que compõe o texto. A estrutura é evidente a partir do desenho do "formulário" como, por exemplo, uma declaração de imposto de renda, um certificado de concessão de terra etc. O contexto é derivado das assinaturas, do endereço, da saudação, do timbre, da data, dos carimbos, do título, do local de arquivo dentro de um sistema de classificação etc. Os arquivistas consideram que essa informação contextual é essencial para a compreensão de qualquer documento como um reflexo de atos e transações. Sem contexto, têm-se informações e dados, mas não um documento de arquivo e nem uma boa memória corporativa na qual basear decisões futuras ou defender decisões anteriores (COOK, 2007, p. 426-427).

O autor ressalta que no mundo digital, o conteúdo, a estrutura e o contexto do documento mudam significativamente em relação ao mundo "convencional", dos documentos analógicos. Os documentos não são mais armazenados em um local físico, nem o documento em si pode ser lido pelo olho humano sem intervenção de *hardware* e *software*. O equivalente mais próximo do documento analógico, por exemplo, seria o elemento conteúdo, em que as letras e os números na tela do computador são muito parecidos como uma folha de papel. No entanto, alguns desses conteúdos podem ser armazenados em muitos lugares e depois importados e implantados no texto para criar o conteúdo do documento eletrônico. Tal conteúdo importado não é visível quando recuperado. As interligações de um documento composto não são intrinsecamente ou fisicamente parte do texto do documento. O usuário vê informações na tela como elas seriam em um mundo de papel, mas trata-se de ligações lógicas, em *software* ou no sistema operacional. O usuário vê o produto final na tela, mas não existe um produto desse tipo armazenado em algum lugar no computador. Ao invés disso, há informações espalhadas em muitos lugares nas quais o *software* e o sistema operacional unem-se em um momento específico para formar

esse documento lógico ou virtual. Cada vez mais, as instruções e protocolos internos do computador são armazenados em sistemas de metadados, que são eles próprios muito dependentes de *software*. A memória das instituições exige que o contexto e a estrutura dos documentos sejam salvaguardados tanto quanto a mídia física de armazenamento, para que o conteúdo esteja disponível e seja compreensível (COOK, 2007, p. 427).

Portanto, os três componentes de um documento de arquivo, que eram tradicionalmente fixados em um meio físico, agora são separados em diferentes bases de dados e em diferentes programas de *software*. Assim,

[...] o documento deixa de ser um objeto físico para se tornar um “objeto” de dados conceituais, controlado por metadados que virtualmente combinam conteúdo, contexto e estrutura, para fornecer evidências de alguma atividade ou função do criador. Além disso, como o contexto e as alterações de uso do documento mudam ao longo do tempo (incluindo o uso arquivístico), os metadados são alterados, e o documento e seu contexto são continuamente renovados. Os documentos não são mais fixos, são dinâmicos. (COOK, 2001a, n.p., tradução nossa).

Ademais, uma das mais importantes contribuições de Terry Cook para a Arquivologia foi o conceito *macroappraisal*, ou macroavaliação. Desenvolvido pelo autor no final da década de 1980, foi formalmente adotado e lançado pelo governo federal canadense na primavera de 1991. (COOK, 2005, p. 103 e 104).

Intitulado pelo próprio autor como a “maneira canadense” de se fazer uma avaliação arquivística, sua proposta critica veementemente as ideias de avaliação apresentadas por Schellenberg (1956). Cook (2005) resume seu conceito de macroavaliação da seguinte forma:

A Macroavaliação avalia o valor social do contexto funcional-estrutural e da cultura do local de trabalho no qual os documentos são criados e utilizados por seus criadores, e a inter-relação dos cidadãos, grupos, organizações – “o público” – com aquele contexto funcional-estrutural. Se a Avaliação designa o valor a longo prazo do conteúdo dos documentos, ou séries documentais, para seus potenciais valores de pesquisa, a Macroavaliação avalia o significado do seu contexto de criação e uso contemporâneo. A Avaliação é sobre documentos; a Macroavaliação é sobre seu contexto mais amplo (ou “macro”). (COOK, 2005, p.101 e 102, tradução nossa).

Sendo assim, a macroavaliação é a avaliação das funções e atividades dos criadores dos documentos, não mais baseada no valor potencial de pesquisa,

considerando o contexto mais importante do que o conteúdo do documento e refletindo como os cidadãos interagem com esse contexto.

Segundo Cook (2005, p. 138-139), há cinco etapas principais na metodologia da macroavaliação:

1) Decidir a complexidade e a importância relativa às várias funções, sub-funções, programas e atividades dentro do objetivo funcional que é o objeto do projeto da macroavaliação e disposição dos documentos; 2) Identificar o(s) local(is) estrutural(is) onde essas funções, sub-funções, etc., mais importantes ocorrem; 3) Entender a natureza da interação do cidadão com a função ou programa; 4) Formar uma hipótese de macroavaliação de onde estão os melhores documentos, o que eles globalmente e conceitualmente deveriam ser, e quais as funcionalidades significativas de governança que eles provavelmente documentarão; e 5) Testar ou confirmar essa hipótese avaliando blocos ou tipos documentais funcionalmente selecionados dentro do programa funcional avaliado e analisando o valor de outros documentos fora do programa coberto pela submissão, quando houver suspeita de duplicação com os documentos dentro do programa real ou onde os documentos ou outros sistemas de informação cruzam fronteiras funcionais ou estruturais. (COOK, 2005, p. 138-139).

Por entender que existem muitos “contextos por trás dos textos”, o pressuposto da macroavaliação é que o significado do documento é relativo e cabe ao arquivista moldar o sentido do documento, ao permitir que outras histórias sejam contadas, além da explícita no documento, através da história dos seus criadores e do porquê de sua criação. Ou seja, ao estabelecer as políticas de avaliação, selecionando os documentos que deverão ser preservados, o arquivista está decidindo o que deve ser lembrado ou esquecido pela sociedade. Segundo Cook, “nós, arquivistas, estamos literalmente coproduzindo os arquivos. Nós estamos fazendo história. Estamos exercendo o poder sobre a memória” (COOK, 2005, p. 103, tradução nossa).

Finalizando as ideias de Terry Cook (2007), o autor entende que, se os arquivistas se reorientarem do conteúdo para o contexto, ou seja, do documento para os processos criadores por trás dele e, portanto, para as ações, programas e funções por trás desses processos,

[...] servirão melhor aos seus usuários e "patrocinadores", pois identificarão, preservarão, descreverão e disponibilizarão para aqueles não meros fatos e dados, mas toda a riqueza revelada nos documentos como evidências de transações contextualizadas (COOK, 2007, p. 410).

Essa visão de Cook sobre o trabalho a ser feito pelos arquivistas nos parece uma tarefa hercúlea posto que, além de pesquisar e cuidar de todos os processos de

criação, manutenção, uso e recuperação contextual dos documentos, deverão ainda investigar e contextualizar também ações, programas e funções relacionados a esses documentos, o que os aproximaria mais da missão de um historiador do que propriamente de um arquivista.

3.3.4. Arquivística Pós-Custodial (Theo Thomassen)

Também a partir dos pensamentos de Hugh Taylor, Theo Thomassen³⁰, assim como Terry Cook, compartilha a ideia que a Arquivologia está vivendo uma mudança de paradigma. Thomassen (1999) se apoia nas teorias de Thomas Kuhn para fundamentar seu pensamento.

O conceito de paradigma foi apresentado por Thomas Kuhn em sua obra "*The Structure of Scientific Revolutions*". Para Kuhn (1962), paradigma é uma conquista científica universalmente reconhecida que, por algum tempo, modela problemas e soluções para uma comunidade de cientistas praticantes. Um paradigma também fornece o modelo explicativo de uma disciplina científica no estágio específico de seu desenvolvimento e define seus fundamentos. Não seria um processo linear de acumulação de conhecimento, mas um processo no qual a ciência normal e as revoluções científicas se alternam, um processo em que diferentes estágios podem ser distinguidos: pré-paradigmático, revolução científica, ciência normal, nova revolução científica (KUHN, 1962).

³⁰ Theo Thomassen. Estudou História na Universidade de Leiden (1985) e Arquivologia na Dutch Archives School (1979 e 1989). Obteve seu doutorado com honras na Universidade de Amsterdã na Holanda. Atualmente ocupa o cargo de arquivista no Departamento de Estudos de Mídia da Universidade de Amsterdã. Previamente, atuou como Diretor da Academia Reinwardt, na Faculdade de Patrimônio Cultural da Escola de Artes de Amsterdã, oferecendo um programa de Bacharelado em Patrimônio Cultural de nível profissional superior e um programa internacional de Mestrado em Estudos de Museus (2002-2009). Antes disso, passou quinze anos trabalhando na (*Rijks*) *Archiefschool* (escola de arquivos holandesa), nove dos quais ele atuou como diretor (1990-1998). Atuou como vice-presidente da Seção do Conselho Internacional de Arquivos sobre Educação e Treinamento Arquivístico (1990-2000) e membro do comitê arquivístico do Conselho para a Cultura (2001-2005). Thomassen se dedica ao ensino e pesquisa na área de Arquivologia. Disponível em: <http://www.uva.nl/en/profile/t/h/t.h.p.m.thomassen/t.h.p.m.thomassen.html>. Acesso em: 9 set. 2018.

Theo Thomassen (1999) faz uma análise sobre essa mudança de paradigma a partir do que ele considera como os componentes fundamentais da Arquivologia: seu objeto, suas entidades fundamentais e suas interações, seus objetivos, seus métodos e suas técnicas.

Na Arquivologia clássica, que para Thomassen seria aquela que foi representada simbolicamente pelo *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (1898), conhecido como manual dos arquivistas holandeses, já apresentado aqui, o autor identifica como sendo o seu objeto de estudo, o conjunto de documentos criados ou recebidos por uma administração ou um oficial. Identifica também o item físico como a entidade fundamental. As interações entre essas entidades, item físico ou item documental, seriam consideradas orgânicas por natureza. Seguindo seu raciocínio, Thomassen esclarece que o objetivo da Arquivologia clássica seria o controle físico e intelectual dos documentos. Já em relação à metodologia, esta consistiria na aplicação do princípio da proveniência e da ordem original. E, por fim, a técnica era caracterizada pela descrição formal dos documentos físicos e seu arranjo de acordo com uma classificação natural, que espelharia a organização do criador dos documentos (THOMASSEN, 1999, n.p).

Caracterizando o “novo paradigma da arquivística”, o “Pós-Custodial”, Thomassen (1999, n. p., tradução nossa) acredita que, “apesar de considerar uma tarefa muito difícil, os arquivistas deveriam estar preparados para correr o risco de estabelecer os novos fundamentos desse paradigma”. O novo objeto é o que o autor chama de *process-bound information* (informação vinculada ao processo) ou seja: informação gerada e estruturada pelos processos de negócios, a fim de possibilitar, como ponto de partida, a recuperação contextual. É um objeto duplo, porque se refere à informação arquivística e ao seu contexto gerador, que são os processos de criação dos documentos. Continuando, o autor também considera a entidade fundamental como dupla: é o documento lógico individual em sua relação com a transação de negócio geradora (THOMASSEN, 1999, n.p).

Apesar de utilizar a expressão *process-bound information* (informação vinculada ao processo) para definir o novo objeto da Arquivologia, não conseguimos perceber a diferença em relação ao “antigo” objeto. Interpretamos que, assim como Rousseau e Couture (1998), que consideram “informação orgânica” como sinônimo

de documento de arquivo, Thomassen deveria perceber que essa informação, que é vinculada aos processos de negócios, se manifesta justamente através dos documentos arquivísticos. Ademais, sobre o contexto gerador, novamente observamos que, o que ele diz ser uma abordagem “inovadora”, nada mais é que a reprodução de ideias já difundidas desde as vertentes clássicas. Reiteramos que a recuperação da informação através do contexto gerador, de maneira intelectual, e que não considera os atributos físicos dos documentos, vem sendo desenvolvida desde autores como Casanova (1928) e Brenneke (1968).

Ademais, para Thomassen (1999), o objetivo desse novo paradigma é muito mais que garantir a acessibilidade, é o que o autor chama de "qualidade arquivística": a transparência, a força e a estabilidade duradoura do vínculo entre a informação e os processos de negócios geradores. A metodologia consiste no estabelecimento, manutenção e análise dos vínculos entre os documentos e seus criadores, a fim de estabelecer, manter e analisar a autenticidade, confiabilidade e fidedignidade dos documentos. Por fim, as técnicas características são a aplicação de técnicas de modelagem e padrões descritivos.

Mais uma vez podemos questionar: esse vínculo entre a informação e os processos de negócios geradores não seria exatamente a organicidade, a qual desde os autores das vertentes clássicas já faz parte, implícita ou explicitamente, dos princípios e conceitos da Arquivologia?

Por fim, baseado nessas ideias “inovadoras” e motivado pelas transformações tecnológicas, Thomassen (1999, n.p) considera que o novo paradigma da Arquivologia é muito mais do que uma mudança do suporte papel para o suporte digital; é uma mudança do clássico ou moderno para o que ele chamaria de pós-custódia ou, como sugeriu Terry Cook, o paradigma pós-moderno da Arquivologia.

3.3.5. Diplomática Arquivística/Contemporânea/Moderna (Luciana Duranti)

A Diplomática origina-se no século XVII em meio às chamadas “guerras diplomáticas” com o objetivo de investigar a autenticidade dos documentos

eclesiásticos. O primeiro e mais notável manual da área é o *De re diplomática libri VI*, de Jean Mabillon, publicado em Paris em 1681, que tinha como finalidade estabelecer os princípios e métodos para a crítica documental (DURANTI, 2009, p. 1). Apesar de considerar o manual dos arquivistas holandeses (1898) como o primeiro tratado científico arquivístico, Luciana Duranti³¹ defende que a Arquivologia tem suas origens a partir da Diplomática.

Nesta dissertação, vamos apresentar somente o período que começa no final do século XX, quando surge a chamada “Diplomática Arquivística” ou “Diplomática Contemporânea” ou “Diplomática Moderna”. Essa abordagem manifestou-se na Itália no final da década de 1980, a partir dos estudos de Paola Carucci sobre os documentos contemporâneos. Porém, é no Canadá que ela se desenvolve, com os trabalhos de Luciana Duranti (SCHMIDT, 2012, p. 205).

Não há consenso quanto à nomenclatura desta “nova” Diplomática³², a própria Duranti não concorda com o uso desses termos. A autora alega que toda disciplina usa as ideias originárias de outras disciplinas para crescer, mas essas ideias são trazidas para alimentar seus conceitos e objetivos próprios. Portanto, a disciplina não deveria ganhar um novo nome e continuaria a ser chamada simplesmente de Diplomática (RONDINELLI, 2013, p. 140-141).

³¹ Luciana Duranti. queria estudar Matemática, mas graduou-se em Clássicos e História, seguindo os passos de sua mãe e seu pai. Pretendia continuar sua pesquisa em História, no entanto, a historiadora que supervisionou sua tese, Dra. Emilia Morelli, disse que ela era "brilhante demais para se tornar uma historiadora" e sugeriu que entrasse nos estudos da Arquivologia, sob a orientação dos doutores Leopoldo Sandri, Arnaldo d'Addario e Elio Lodolini. Acostumada a respeitar autoridade, seguiu a sugestão. Mestre em Artes (1973) pela *Università di Roma* e mestre em Arquivologia, Paleografia e Diplomática (1979) pela *Scuola dell'Archivio di Stato di Roma*. Ph.D. em Arquivologia-Paleografia pela *Scuola Speciale per Archivistici e Bibliotecari da Università di Roma* (1975). Arquivista do *Archivio di Stato di Roma* (1978-1982), lecionou na Escola de Arquivos (1979-1983) e foi professora em gestão de documentos do governo provincial de Roma (1980) e do Ministério Italiano de Educação (1981). Pesquisadora do corpo docente da Universidade de Roma "*La Sapienza*" (1982-1987), também estudou no Canadá nesse período, onde visitou numerosas instituições arquivísticas e ficou fascinada pelo país e pelo povo. Em suas viagens, visitou e lecionou algumas aulas na *University of British Columbia* do Canadá, na qual gostou muito do ambiente e da energia do programa que Terry Eastwood estava gerenciando sozinho. Quando uma vaga para o programa de arquivo da universidade foi anunciada, Duranti se candidatou e a obteve (1987). Desde então é professora da *School of Library, Archival and Information Studies* (SLAIS) da *University of British Columbia*. Sua pesquisa visa encontrar soluções que possam ser universalmente aplicadas para os problemas do documento digital. Desde 1998, é a diretora do InterPARES, um projeto de pesquisa multinacional e multidisciplinar que estuda a preservação a longo prazo de documentos eletrônicos autênticos. Disponível em: <http://www.lucianaduranti.ca/>. Acesso em: 9 set. 2018.

³² Nesta dissertação usaremos os três termos: “Diplomática Arquivística”, “Diplomática Contemporânea” e “Diplomática Moderna”.

Inquietações de alguns autores com o desafio representado pelo documento de arquivo digital propiciam um retorno às bases teóricas e metodológicas da Diplomática ao mesmo tempo que a reinventa. A “Diplomática Arquivística” deriva desse processo de reinvenção com o foco nos documentos arquivísticos contemporâneos.

Segundo Duranti (2009) essa “Diplomática Moderna” não representa uma evolução da Diplomática, mas a autora considera que as duas coexistem em paralelo e possuem diferentes objetos de estudo. “A ‘Diplomática Moderna’ adaptou, elaborou e desenvolveu os conceitos centrais e a metodologia da Diplomática Clássica para estudar documentos modernos e contemporâneos de todos os tipos” (DURANTI, 2009, p. 2, tradução nossa).

De acordo com a “Diplomática Clássica”, um documento de arquivo é um documento (informação afixada num suporte) que constitui “a evidência escrita de um fato de natureza jurídica, compilado de acordo com determinadas formas, que devem fornecer completa fé e crédito” (DURANTI, 2009, p. 2, tradução nossa).

Na “Diplomática Moderna”, um documento de arquivo é um “documento criado (produzido ou recebido e retido para ação ou referência) no decorrer de uma atividade como instrumento e subproduto dessa atividade” (DURANTI, 2009, p. 2, tradução nossa). Portanto, a “Diplomática Moderna” preocupa-se com todos os documentos que são produzidos no curso de assuntos de qualquer tipo e é definida como a “disciplina que estuda a gênese, as formas e a transmissão dos documentos, e a sua relação com os fatos neles representados e com seu criador, a fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza” (DURANTI, 2009, p. 2, tradução nossa).

Duranti (2009, p.2) explica que, embora o foco das duas seja avaliar a credibilidade dos documentos, a “Diplomática Clássica” a estabelece retrospectivamente, enquanto a “Diplomática Moderna” não se preocupa apenas com os documentos existentes, mas também com os que ainda precisam ser criados, adotando uma abordagem retrospectiva e prospectiva.

Ainda que a Diplomática e a Arquivologia tenham o mesmo objeto de estudo, o documento de arquivo, a Diplomática considera os documentos arquivísticos como entidades individuais, ao passo que a Arquivologia os considera como conjunto documental (DURANTI; MACNEIL, 1996).

A partir de seus estudos na *Universidade of British Columbia* (UBC), em Vancouver no Canadá, e fundamentada nos princípios e métodos da “Diplomática Clássica”, Luciana Duranti, no intuito de comprovar que o documento de arquivo ainda era o objeto de estudo da Arquivologia, compreendeu que a Diplomática precisaria se reinventar.

Sugerindo novos usos para a disciplina, Duranti publica uma série de seis artigos intitulada “*Diplomatics: new uses for an old Science*”, que examina a Diplomática a partir do ponto de vista do arquivista contemporâneo. Ao propor uma aproximação da Diplomática com a Arquivologia, seus artigos impactaram profundamente a comunidade arquivística e serviram de inspiração para a produção de diversos trabalhos científicos.

Para que o arquivista pudesse compreender os conjuntos documentais, Duranti propõe o método chamado tipologia documental, o qual também pode ser utilizado para os documentos contemporâneos. Segundo Tognoli (2010)

[...] por meio da análise tipológica, o arquivista pode identificar a função do documento e seu contexto de produção, focando sua análise na evidência, a partir de seus elementos formais, independentemente de outras fontes alternativas, como os organogramas e regimentos. A análise é feita de baixo para cima, a partir da peça documental (*bottom-up diplomatic analysis*), do documento individual. (TOGNOLI, 2010, p. 90 e 91).

A análise proposta por Duranti faz o caminho inverso de Terry Cook, ou seja, a partir do estudo da forma documental, que pode ser analisada independentemente do seu conteúdo, é possível identificar o contexto de produção dos documentos.

Com o propósito de desenvolver métodos, estratégias e padrões para lidar com o desafio do documento de arquivo digital, Duranti (2001) defende que é necessário buscar um ponto de partida ou referências fundamentais. No caso da Arquivologia, a autora entende que as regras que orientam essas questões são determinadas pela teoria e métodos arquivísticos.

De acordo com Duranti, a Arquivologia pode ser definida como um sistema inclusivo de teoria, metodologia, prática e saber. A Arquivologia compreende a análise das ideias sobre a natureza do material arquivístico (teoria arquivística) e o estudo sobre os princípios e métodos para o controle e preservação desse material (metodologia arquivística) somado à maneira como eles foram aplicados ao longo do

tempo (prática arquivística) e à análise crítica da literatura e história arquivística (saber arquivístico) (DURANTI, 2001, p. 39).

A partir dessa visão da Arquivologia como sistema, Duranti (2001) confronta o que foi definido pelos “pós-custodialistas” como uma "mudança de paradigma", expressão que se refere a uma nova maneira de pensar sobre as mesmas coisas, um processo que ocorre quando novas observações não podem ser explicadas pela estrutura anterior e sua validade começa a ser questionada.

Duranti (2001) afirma que esta metodologia foi testada no decorrer de dois projetos de pesquisa, que são exemplos de como a visão da Arquivologia como um sistema apoia o desenvolvimento de novos conhecimentos consistentes com os já existentes, demonstrando assim a estabilidade da teoria arquivística.

O primeiro projeto a que a autora se refere foi intitulado de "*The Preservation of the Integrity of Electronic Records*" [A Preservação da Integridade dos Documentos Eletrônicos], realizado entre 1994 e 1997 por pesquisadores arquivistas – Luciana Duranti, Terry Eastwood e Heather MacNeil – da UBC, em colaboração com o *Department of Defense* (DOD) dos Estados Unidos da América. O objetivo da pesquisa foi identificar e definir os requisitos para criar, manusear e preservar documentos eletrônicos confiáveis e autênticos.

A partir dos resultados desse primeiro projeto e preocupada com a autenticidade e a preservação dos documentos contemporâneos, Duranti, na mesma universidade, inicia em 1999 o Projeto InterPARES - *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems* [Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos]. O objetivo foi formular princípios e critérios para o desenvolvimento de políticas, estratégias e padrões nacionais, internacionais e organizacionais para a preservação da integridade, autenticidade e confiabilidade dos documentos arquivísticos contemporâneos (DURANTI, 2001, p. 49).

A primeira fase do projeto (1999-2001) teve como objetivo identificar requisitos conceituais para avaliar e manter a autenticidade dos documentos digitais. A segunda fase do projeto (2002-2007) teve como foco os documentos arquivísticos digitais gerados no contexto de atividades artísticas, científicas e governamentais, em sistemas experienciais, interativos e dinâmicos. A terceira fase do projeto (2007-

2012), por meio de parcerias com instituições de doze países/regiões, dentre eles o Brasil, buscou aplicar o conhecimento teórico-metodológico desenvolvido nas duas fases anteriores para capacitar programas e organizações responsáveis pela produção e manutenção de documentos arquivísticos digitais no desenvolvimento de estratégias de preservação e acesso a longo prazo. A quarta fase (2013-2018), InterPARES Trust, visa apoiar o desenvolvimento, em diversos países, de redes integradas e consistentes para o estabelecimento de políticas, regras, leis, procedimentos e padrões destinados aos documentos arquivísticos digitais armazenados na internet³³.

A partir desses projetos, e diferentemente de Terry Cook, Duranti defende que a Arquivologia possui princípios e conceitos que são universalmente válidos e que a área não precisaria reformulá-los. Portanto, Duranti sustenta que os conceitos e princípios básicos da Arquivologia estabelecidos nos primeiros manuais devem ser mantidos, sendo necessária apenas a renovação do método e do objeto da “Diplomática Clássica”, assegurando assim a permanência da Arquivologia na contemporaneidade.

Portanto, Duranti compreende o princípio da proveniência como fundamental para a Arquivologia, ressaltando que o respeito aos fundos e a ordem original são seus desdobramentos. O princípio ganha uma nova abordagem, focada no entendimento do contexto da produção documental. “A autora acredita na importância de se conhecer e estudar os produtores e as ‘multiprocedências’ dos arquivos”, reconstituindo assim as funções, competências, atividades e unidades administrativas para efetuar a descrição e a análise diplomática (DURANTI, 1996, p. 82 apud KUROKI, 2016, p. 66).

Observamos também nas ideias de Duranti, assim como em Casanova (1928), Brenneke (1968), Thomassen (1999) e Cook (2007), uma compreensão da proveniência focada no contexto de produção documental, possibilitando, assim, a partir da descrição e análise diplomática, a recuperação da informação no contexto gerador.

³³ Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/aco-es-internacionais/83-projeto-interpares.html>. Acesso em: 22 jan. 2019.

Ao afirmar que os documentos arquivísticos representam um tipo de conhecimento único, Duranti (1994) os define como:

[...] produzidos ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os documentos arquivísticos são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar (DURANTI, 1994, p. 50).

Destacamos nesse conceito de Duranti que os documentos arquivísticos são instrumentos e subprodutos das atividades pessoais ou institucionais. Assim como Jenkinson (1922), a autora também estabelece o caráter probatório de uma ação como uma característica indispensável ao documento de arquivo.

Duranti (1994) identifica cinco características pertencentes ao documento de arquivo. A primeira característica é a imparcialidade. Para a autora, os documentos são inerentemente verdadeiros, as razões pelas quais eles são produzidos (para desenvolver atividades) e as circunstâncias de sua criação (rotinas processuais) asseguram que não são escritos "na intenção ou para a informação da posteridade". A segunda característica é a autenticidade, que está vinculada ao *continuum* da criação, manutenção e custódia. Por isso, os documentos arquivísticos só são autênticos quando são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados. A terceira característica é a naturalidade, que diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações. A autora identifica que os documentos não são "coletados artificialmente, como os objetos de museu, mas são acumulados naturalmente em função dos objetivos práticos da administração". A quarta característica é o inter-relacionamento, que é devido ao fato de que os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente relacionado com outros e seu significado depende dessas relações. Por fim, a quinta característica é a unicidade. Duranti afirma que cada documento assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental (DURANTI, 1994, p. 51 e 52).

Considerando a Diplomática como base para o conceito, Duranti, Eastwood e Macneil (2002) identificam também três requisitos fundamentais para o documento de arquivo: estar escrito, ou afixado, em um suporte com uma sintaxe; estar relacionado

a um fato que tem a ver com o sistema jurídico no qual é produzido; e ter uma forma, uma apresentação de acordo com regras preestabelecidas.

Outro aspecto essencial destacado por Duranti para considerar um documento como documento de arquivo é o conceito de vínculo arquivístico (*archival bond*), que afirma a natureza dos arquivos e os diferencia de outros materiais. Para Duranti (1997) o vínculo é definido como “a rede de relacionamentos que cada documento de arquivo tem com os documentos que pertencem ao mesmo conjunto” (DURANTI, 1997, p. 215-216, tradução nossa). No entender de Duranti (1997), o vínculo arquivístico surge no momento em que o documento é “retido” e unido a outro do decorrer da ação (DURANTI, p. 216). Rondinelli (2013) destaca o significado do termo “retido” nesse conceito de Duranti.

O vocábulo, cujo original em inglês é *set aside*, significa a inclusão do documento de arquivo no “conjunto de documentos, ou fundo arquivístico, da pessoa física ou jurídica que o produziu ou recebeu para ação ou referência”. Daí se deduz que “reter” significa estabelecer a relação orgânica entre os documentos arquivísticos, a qual, por sua vez, é revelada por meio da ordenação física dos documentos ou do seu código de classificação [...] Destacamos nas reflexões da autora um forte embasamento na associação entre diplomática e arquivologia. (RONDINELLI, 2013, p. 188).

Já para Silva (2017), a autora ressalta que

Essa noção de vínculo arquivístico, formulada por Cencetti e ampliada por Duranti, minimiza a diferença entre os conceitos de documentos e arquivos, porque, mesmo no caso de uma entidade individual, esta só é um documento de arquivo se estiver relacionada a outros documentos arquivísticos. (SILVA, 2017, p. 195).

Além disso, Duranti (1997) destaca que esse vínculo arquivístico não deve ser confundido com o contexto, o qual está fora do documento, enquanto que o vínculo arquivístico é parte essencial do documento de arquivo, o qual não pode existir sem esse vínculo (Duranti, 1997, p. 217).

Considerando as características de um documento de arquivo, a questão da natureza dos arquivos e o vínculo arquivístico (organicidade), Rondinelli (2013) associa-os na seguinte definição:

Os documentos arquivísticos surgem *naturalmente* no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica, como decorrência normal do ato de se registrarem essas atividades. Desse registro espontâneo resulta uma *promessa de imparcialidade* dos documentos, bem como um vínculo entre eles. Tal vínculo se traduz na relação orgânica que cada documento tem um

com o outro e no fato de o conjunto documental daí resultante ser dotado de *organicidade*. Como se trata de documentar atividades, cada documento é *único* no seu conjunto, pois que ali desempenha função específica. Finalmente, a submissão desses documentos a procedimentos arquivísticos ininterruptos de gestão e de preservação garante sua *autenticidade*. (RONDINELLI, 2013, p. 226, grifos nosso).

Sobre o ciclo de vida dos documentos, a crescente produção de documentos em sistemas informatizados exigiu uma revisão desse conceito, alterando o seu significado e o entendimento sobre os procedimentos metodológicos a serem tomados na então nova realidade tecnológica.

Observa-se essas mudanças, por exemplo, por meio do Relatório do Comitê Consultivo para a Coordenação de Sistemas de Informação (ACCIS)³⁴ das Nações Unidas de 1990, que embora nomeie o processo como um ciclo de vida dos documentos, descreveu os seguintes requisitos funcionais de um sistema de informação: criação e identificação de documentos, avaliação, controle e uso, e disposição.

Em 1997, o Comitê de Documentos Eletrônicos do ICA também decidiu registrar em suas diretrizes para a gestão de documentos eletrônicos³⁵ as etapas do ciclo de vida dos documentos. O comitê usou como critério a função arquivamento e definiu os seguintes estágios: 1) concepção de documentos (incluindo o desenho do sistema de criação e manutenção de documentos); 2) criação de documentos; 3) manutenção de documentos (incluindo preservação e uso).

Para Duranti e Franks (2015), no entanto, os modelos das Nações Unidas e do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) não significaram uma reformulação do modelo do ciclo de vida dos documentos, mas sim duas expressões diferentes do modelo *records continuum* australiano. Diferentemente daqueles modelos, Duranti e Franks (2015) entendem que o ciclo de vida dos documentos envolve uma mudança de responsabilidade dos documentos do criador para o preservador e é baseado no uso e na localização dos documentos (DURANTI; FRANKS, 2015, n.p.).

³⁴ Em inglês *Advisory Committee for the Coordination of Information Systems*.

³⁵ Os termos documento eletrônico e documento digital são utilizados aqui como sinônimos, na medida em que se está respeitando o contexto histórico e autoral do uso de ambos.

Simultaneamente ao documento publicado pelo ICA, no final da década de 1990, o Projeto da *University of British Columbia* em parceria com o *Department of Defense* dos Estados Unidos, Projeto UBC/DOD³⁶ (1994-1997), desenvolveu sua própria versão do ciclo de vida para os documentos eletrônicos, que foi posteriormente incorporado na Norma DOD 5015.2 (1998). Os critérios usados para determinar os estágios do ciclo de vida foram a confiabilidade e a autenticidade do sistema de documentos. Para Duranti e Franks (2015), neste modelo, haveria uma distinção entre a responsabilidade do criador e a do preservador, a qual, neste Projeto UBC/DOD, estava embaçada pelo fato de que o sistema eletrônico era considerado uma entidade com espaços e privilégios de acesso separados (DURANTI; FRANKS, 2015, n.p.).

Porém, alguns anos depois, na primeira fase do Projeto InterPARES (1999-2001), Duranti e Franks (2015) consideraram que essa divisão entre a responsabilidade do criador e a responsabilidade do preservador, que seriam as duas fases dessa adaptação do ciclo de vida, não poderia ser mais nítida. O conceito do ciclo de vida do Projeto InterPARES baseia-se no critério do *status* de transmissão dos documentos. O modelo inclui dois estágios, o primeiro em relação aos documentos do criador; e o segundo em relação às cópias autênticas dos documentos do criador (DURANTI; FRANKS, 2015, n.p.).

Segundo os autores, geralmente, é aceito que não é possível preservar os documentos digitais, só é possível preservar a capacidade de reproduzi-los, porque toda vez que alguém recupera um documento, uma cópia é gerada. Quando as cópias são geradas pelo criador no decorrer de sua atividade, elas são novamente documentos originais no contexto do criador. Quando não são mais necessários para o criador e são transmitidos para o preservador, os documentos não podem ser mais tratados como originais, porque o criador nunca usou ou atuou nas cópias para armazenamento e preservação de longo prazo. Então, essas são cópias autênticas dos documentos originais. Se fossem reativadas para o uso do criador, teríamos novamente os documentos do criador (DURANTI; FRANKS, 2015, n.p.).

³⁶ Projeto financiado pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas do Canadá (SSHRC) e desenvolvido por Luciana Duranti (pesquisadora principal), Terry Eastwood (co-pesquisador) e Heather Macneil (assistente de pesquisa), com a colaboração do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O objetivo do projeto era identificar e definir os requisitos para criar, manusear e preservar documentos eletrônicos confiáveis e autênticos.

Finalizando esta seção, sintetizamos no quadro a seguir o processo de resignificação (diacronia) dos princípios e conceitos da Arquivologia segundo os autores das vertentes arquivísticas do período contemporâneo.

Quadro 3 - Síntese das vertentes do pensamento contemporâneo

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
1998	Canadá	Carol Couture e Jean-Yves Rousseau	Arquivística Integrada	<ul style="list-style-type: none"> - Perspectiva de uma Arquivologia nova, integradora e englobante, alinhada ao campo da Ciência da Informação; - A Arquivologia deve dotar-se de uma imagem forte e, conseqüentemente, ser reconhecida socialmente; - Foco na gestão da informação orgânica, o qual vai além da gestão documental; - Pretende integrar todas as fases do ciclo de vida dos documentos, desde os documentos correntes até os permanentes, garantindo uma unidade em todo o trabalho arquivístico; - Rejeita a separação entre <i>records</i> e <i>archives</i>.
			Princípio da proveniência	<ul style="list-style-type: none"> - Base teórica da Arquivologia, “a lei que rege todas as intervenções arquivísticas”; - Se desdobra em dois graus, respeito aos fundos e ordem original.
			Documento de arquivo	<ul style="list-style-type: none"> - Consideram “informação orgânica” como sinônimo de documento de arquivo; - Informação orgânica é aquela que é elaborada, enviada ou recebida no âmbito da missão da organização; - Informação não orgânica é produzida fora do âmbito da missão da organização e existe muitas vezes nos locais de trabalho, na biblioteca ou no centro de documentação. - Por não considerar a distinção entre <i>records</i> e <i>archives</i>, essa informação orgânica pode ter um valor primário e secundário.

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
1996	Austrália	Frank Upward	<i>Records continuum</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Natureza sincrônica ao invés de linear; - A produção, o uso e a preservação dos documentos considerados em três fases distintas, apregoadas pelos defensores do conceito de ciclo de vida dos documentos, são insuficientes para garantir a integridade e contextualização dos documentos que são gerados simultaneamente e às vezes por diversos produtores em contextos contínuos de inter-relação. - Resultado de uma mistura teórica entre Arquivologia, Pós-Modernismo e Teoria de Estruturação de Anthony Giddens; - Adoção de estratégias de “custódia distribuída” ou “pós-custódia”; - As instituições arquivísticas podem cumprir suas responsabilidades sem assumir a custódia física dos documentos.
			Documento de arquivo contínuo	<ul style="list-style-type: none"> - Utiliza o termo <i>archival document</i>; - Informação registrada resultante de transações; - Valor evidencial; - Entidade lógica ao invés de física, independente de estar em papel ou formato digital; - Representação intelectual; - São fixos e mutáveis ao mesmo tempo, “sempre em processo de transformação”. - Estão ligados a outros e camadas cada vez mais amplas de metadados contextuais gerenciam seus significados e permitem sua acessibilidade e usabilidade à medida que se movem pelo espaço-tempo; - Sempre num processo de vir a ser; - Evidência de transações contextualizadas no tempo e no espaço, de maneira dinâmica.

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
A partir da década de 1980	Canadá	Terry Cook	Arquivística Funcional ou Pós-Moderna	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade da Arquivologia se adaptar aos dias atuais para poder sobreviver; - Adoção de um novo paradigma, o qual já estaria acontecendo; - Baseia-se na análise funcional do processo de produção dos documentos; - O foco é o “contexto por trás do texto”; - A análise parte do sentido do “criador” para o documento, e não o contrário, permitindo uma melhor compreensão da função, do processo e das atividades que o geraram; - Os arquivistas devem se tornar parceiros ativos nas funções, programas e processos de negócios e se tornarem o foco da memória coletiva de sua instituição. Deixar de ser apenas guardiões dos documentos em um mundo digital; - A tendência intelectual dominante no mundo contemporâneo é o pós-modernismo. Consequentemente, os arquivos seriam afetados, obrigando assim a Arquivologia a se adaptar a essa nova realidade.
			Princípio da proveniência	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamental para a teoria e práticas arquivísticas; - Ampliado para a ideia do “contexto por trás do texto”; - Mais conceitual do que físico; - Mais funcional que estrutural, uma vez que é apropriado para uma época em que a estabilidade organizacional está desaparecendo; - É “virtual” e se relaciona à função e atividade geradora; - A aplicação do princípio da ordem original não é mais possível.
			Documento de arquivo	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito dinâmico e virtual; - Não mais um subproduto passivo; - Um agente ativo na memória coletiva e organizacional; - O documento é uma forma de manipulação e poder, e sempre há intenções por trás dele;

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
				<ul style="list-style-type: none"> - Os três componentes de um documento de arquivo - conteúdo, estrutura e contexto - devem ser vistos de uma maneira diferente e abordados com novas estratégias.
			Macroavaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação das funções e atividades dos criadores dos documentos considerando o contexto mais importante do que o conteúdo do documento e refletindo como os cidadãos interagem com esse contexto; - O significado do documento é relativo e cabe ao arquivista moldar o sentido do documento, ao permitir que outras histórias sejam contadas através da história dos seus criadores e do porquê de sua criação; - O arquivista está decidindo o que deve ser lembrado ou esquecido pela sociedade.
1999	Holanda	Theo Thomassen	Arquivística Pós-Custodial	<ul style="list-style-type: none"> - A Arquivologia está vivendo uma mudança de paradigma; - Mudança de paradigma a partir do que ele considera como os componentes fundamentais da Arquivologia: seu objeto, as entidades fundamentais, o objetivo e os métodos e as técnicas; - Novo objeto: <i>process-bound information</i> (informação vinculada ao processo) – informação gerada e estruturada pelos processos de negócios, a fim de possibilitar a recuperação contextual. Objeto duplo: informação arquivística e o contexto gerador; - Entidade fundamental dupla: o documento lógico individual em sua relação com a transação de negócio geradora; - Objetivo: qualidade arquivística – transparência, força e estabilidade duradoura do vínculo entre a informação e os processos de negócios geradores; - Métodos: estabelecimento, manutenção e análise dos vínculos entre os documentos e seus criadores; - Técnicas: aplicação de técnicas de modelagem e padrões descritivos.

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
A partir da década de 1980	Canadá	Luciana Duranti	Diplomática Arquivística ou Contemporânea ou Moderna	<ul style="list-style-type: none"> - Defende que a Arquivologia tem suas origens a partir da Diplomática; - Deriva do processo de reinvenção da Diplomática com o foco nos documentos arquivísticos contemporâneos; - A "Diplomática Moderna" adaptou, elaborou e desenvolveu os conceitos centrais e a metodologia da "Diplomática Clássica" para estudar documentos modernos e contemporâneos de todos os tipos; - Disciplina que estuda a gênese, as formas e a transmissão dos documentos, e a sua relação com os fatos neles representados e com seu criador, a fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza; - Não se preocupa apenas com os documentos existentes, mas também com os que ainda precisam ser criados; - Propõe o método chamado "tipologia documental"; - Diferente da proposta de Terry Cook, a análise faria o caminho inverso, ou seja, a partir do estudo da forma documental, que poderia ser analisada independentemente do seu conteúdo, seria possível identificar o contexto de produção dos documentos; - A Arquivologia pode ser definida como um sistema inclusivo de teoria, metodologia, prática e saber. - A partir dessa visão da Arquivologia como sistema, confronta o que foi definido pelos "pós-custodialistas" como uma "mudança de paradigma"; - Sustenta que os conceitos e princípios básicos da Arquivologia estabelecidos nos primeiros manuais devem ser mantidos, sendo necessária apenas a renovação do método e do objeto da "Diplomática Clássica", assegurando a permanência da Arquivologia na contemporaneidade.
			Princípio da proveniência	<ul style="list-style-type: none"> - Principal e fundamental para a Arquivologia; - Respeito aos fundos e ordem original são seus desdobramentos; - Nova abordagem focada no contexto da produção documental;

Ano	País	Autor	Princípio/Conceito	Definição
				<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os vários produtores e “multiprocedências” para reconstituir as funções, competências, atividades e unidades administrativas para efetuar a descrição e a análise diplomática.
			Documento de arquivo	<ul style="list-style-type: none"> - Produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas; - Instrumento e subproduto; - Cinco características: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. - Três requisitos fundamentais: estar escrito ou afixado num suporte com uma sintaxe; estar relacionado a um fato que tem a ver com o sistema jurídico no qual é produzido; e ter uma forma, uma apresentação de acordo com regras preestabelecidas; - Vínculo arquivístico (<i>archival bond</i>) como aspecto essencial. O vínculo é a rede de relacionamentos que cada documento de arquivo tem com os documentos que pertencem ao mesmo conjunto. - O vínculo arquivístico não deve ser confundido com o contexto, o qual está fora do documento, enquanto que o vínculo arquivístico é parte essencial do documento de arquivo.

Fonte: elaboração própria, com base em Upward (1996), Rousseau e Couture (1998), Cook (1997; 2001a; 2001b; 2005; 2007), Thomassen (1999) e Duranti (1994; 1996; 1997; 2001; 2002; 2009).

3.4. Intersecções e ressignificações dos princípios e conceitos arquivísticos

As definições dos princípios e conceitos da Arquivologia dependem de contextos históricos específicos, os quais condicionam e dão significados para que a comunidade científica arquivística os escolha, adapte ou rejeite.

O conflito entre as diferentes ideias das vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia possui um papel significativo na construção da ciência. Essas vertentes podem conviver entre si e possuir diferentes entendimentos sobre os mesmos princípios e conceitos.

A atividade científica compreende normas e convenções para suceder-se apropriadamente. Conforme vimos anteriormente, Robert Merton (1970) denominou “*ethos*” científico como o “conjunto de normas e regras de conduta que são seguidas pelos membros de uma comunidade científica” e afirmou que as atividades científicas não envolvem apenas essas normas ou convenções, mas, também, as “entidades científicas”, e estas decorrem de construções conceituais visando a cumprir determinado propósito no processo investigativo e a integrar uma teoria (TRIGUEIRO, 2012, n. p.).

Assim, a atividade científica objetiva determinar melhor e elaborar novas hipóteses para os seus princípios e conceitos, e verificar se estes podem ser apresentados de forma universal. Para isso, partimos do objetivo de analisar os argumentos e pressupostos apresentados pelas vertentes dos pensamentos arquivísticos clássico, moderno e contemporâneo quanto ao princípio da proveniência e aos conceitos de documento de arquivo e organicidade.

O princípio da proveniência preconiza que os arquivos oriundos de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a sua individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, refletindo a organização e o funcionamento do seu produtor, e não devendo ser misturados com outros de origem distinta.

Baseado nos autores analisados nesta pesquisa, percebemos que esse princípio é o fundamento da teoria e práticas arquivísticas, a “lei que rege todas as intervenções arquivísticas” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 79). Destacamos Casanova (1928) e Brenneke (1968) como precursores de uma abordagem do princípio da proveniência baseada em uma perspectiva funcional, na qual é possível

representar intelectualmente o contexto de produção dos documentos por meio da descrição documental, e, através das relações orgânicas, é possível reestabelecer a relação administrativa com a produção documental, não priorizando a fisicalidade dos documentos como essencial para essa representação. Cabe destacar também, a partir das considerações dos complexos sistemas de proveniência, em uma época em que a estabilidade organizacional está desaparecendo e existem vários produtores em suas multiprocedências, uma abordagem da compreensão da proveniência focada no contexto de produção documental e relacionada às funções e às atividades geradoras.

Assim, observamos uma mudança de como os arquivistas interpretam o princípio da proveniência, compreendido inicialmente, no século XIX, como um meio para organizar a disposição física dos documentos e que passa a ser percebido como um “guarda-chuva” que abarca uma multiplicidade de contextos de produção documental.

O respeito aos fundos delimita externamente o conjunto de documentos arquivísticos de uma pessoa ou entidade, o fundo arquivístico. A ordem original estabelece que todos os documentos de um fundo arquivístico devem ocupar um determinado lugar, o qual deve ser respeitado ou reestabelecido, caso a ordem primitiva tenha sido alterada.

Conforme visto no decorrer da pesquisa, o respeito aos fundos e a ordem original são considerados por alguns autores, como Casanova (1928), Schellenberg (1956), Rousseau e Couture (1998) e Duranti (1996), como desdobramentos do princípio da proveniência. O respeito a esses princípios ocorre também, e geralmente, de maneira intelectual, não necessariamente de maneira física, ou seja, com o objetivo principal de manter o documento e as suas relações orgânicas relacionadas ao contexto das atividades que o geraram.

Dessa maneira, as relações administrativas orgânicas se refletem nos conjuntos documentais. A organicidade é um princípio pelo qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora ou acumuladora em suas relações internas e externas. Identificamos nos discursos dos autores abordados nesta pesquisa a ênfase dada à organicidade como um princípio indispensável à caracterização dos documentos arquivísticos. Ademais, cabe destacar que

interpretamos as ideias de Thomassen (1999) sobre o vínculo entre a informação e os processos de negócios geradores como uma maneira de, apesar de diferente, expressar a organicidade.

Sobre o conceito de documento de arquivo abordado nesta pesquisa, detectamos que os autores o compreendem como um objeto produzido ou recebido no decorrer das atividades de pessoas físicas ou jurídicas. Mesmo que também mencionem pessoas físicas como produtoras de documentos arquivísticos, percebemos um destaque em suas abordagens para aqueles provenientes de instituições públicas e privadas, ou seja, de pessoa jurídica.

Observamos, também, que alguns autores utilizam termos diferentes para mencionar o documento de arquivo. Ao verificarmos que Thomassen (1999) emprega a expressão “*process-bound information*” (informação vinculada ao processo) para definir o novo objeto da Arquivologia, não conseguimos perceber a diferença em relação ao “antigo” objeto, o conjunto de documentos recebidos ou produzidos. Interpretamos que, assim como Rousseau e Couture (1998), que consideram “informação orgânica” como sinônimo de documento de arquivo, Thomassen deveria perceber que essa informação, que é vinculada aos processos de negócios, se manifesta justamente através dos documentos arquivísticos.

Outro fator que, assim como Duranti, consideramos essencial para especificar um documento como documento de arquivo é o conceito de vínculo arquivístico (*archival bond*), o qual diferencia a natureza dos arquivos dos outros materiais e é definido como a rede de relacionamentos que cada documento de arquivo tem com os documentos que pertencem ao mesmo conjunto.

Duranti, assim como Jenkinson, reconhece o caráter probatório de uma ação como uma característica indispensável ao documento de arquivo e o caracteriza como um subproduto imparcial, ideia esta muito questionada por Cook, que não o considera assim e alega que o documento de arquivo é uma forma de manipulação de poder, onde sempre há intenções por trás dele, constituindo-se como um agente ativo na memória coletiva e organizacional.

Sobre o ciclo de vida e as três fases documentais, destacamos a crítica a esses conceitos por parte dos australianos, Scott e Upward, através do *series system* e do *records continuum*. Interessante observar que, mesmo Duranti, defensora das “ideias

custodiais” e das fases documentais, também reinterpreta o conceito e adapta o ciclo de vida para apenas duas fases, a de responsabilidade do produtor e a de responsabilidade do preservador.

É preocupante observar que a legislação e as práticas arquivísticas brasileiras ainda estejam fundamentadas nos conceitos antigos do ciclo de vida e das três fases documentais, e, mesmo com a “inovação” da chegada do documento digital, não conseguimos perceber perspectivas de reformulação desses. Neste ponto, podemos parafrasear Cook, ao afirmar que ainda temos mentes analógicas pensando na “nova” realidade digital.

Como solução para esse problema, entendemos que não precisamos abandonar a base teórica arquivística que possuímos até o momento. Pelo contrário, conforme afirma Duranti, é a partir dela que conseguiremos ressignificar e adaptar nossos princípios e conceitos. Não adianta apenas criticarmos e dizermos que princípios e conceitos básicos já não atendem mais a realidade atual; podemos produzir essas adaptações a partir da intersubjetividade entre as ideias das várias vertentes.

Outro ponto a ser enfatizado é que, a partir desta revisão de literatura, percebemos que o princípio da proveniência, a organicidade e o conceito de documento de arquivo estão consolidados no pensamento arquivístico. Identificamos também algumas tensões conceituais existentes entre as vertentes e a relevância desses conceitos para o desenvolvimento científico da Arquivologia.

O foco desta pesquisa não foi tentar compreender se a Arquivologia atingiu ou não a configuração de um novo paradigma. Nesse embate entre as diferentes ideias dos autores das vertentes clássica, moderna e contemporânea, entendemos que as distintas abordagens, consideradas às vezes como opostas, podem conviver entre si, em um “jogo” de concorrência entre os diferentes discursos. A evolução científica nas Ciências Sociais não é uma perspectiva linear que se desenvolve apenas por meio de rupturas radicais, mas mediante processos de ressignificação dos princípios e conceitos (diacronia) ao longo da própria dinâmica evolutiva da ciência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação tecnológica contemporânea e o fato de o documento de arquivo passar a ser produzido em ambiente digital contribuiu significativamente para a ampliação dos debates teóricos e metodológicos sobre os princípios e conceitos fundamentais da Arquivologia.

A produção atual dos documentos arquivísticos ocorre principalmente em meio digital e a tendência da substituição da produção dos documentos em ambientes convencionais para ambientes digitais é irreversível. Além disso, essa transformação tecnológica ainda sinaliza muitas mudanças que ocorrerão com mais brevidade do que as mudanças tecnológicas vividas nos séculos anteriores. Isto significa que a Arquivologia continuará necessitando pensar e repensar seus instrumentais teóricos, metodológicos e práticos.

No intuito de compreender as mudanças que estão acontecendo e que afetam a compreensão do documento de arquivo, revisitamos os fundamentos da Arquivologia, explorando as contribuições de alguns autores renomados da área, cuja produção científica é conhecida e influente em diversos países. Procuramos analisar os pressupostos e argumentos apresentados por eles, considerando as vertentes do pensamento arquivístico às quais estão historicamente inseridos e que são comumente denominadas como “clássica”, “moderna” e “contemporânea”.

Para esta pesquisa, julgamos importante compreender, a partir de uma perspectiva histórico-conceitual, como a Arquivologia se desenvolveu como área do conhecimento. Conforme vimos em Koselleck, as intenções políticas e ideológicas de cada vertente estão expressas nos princípios e conceitos a partir da relação entre o já conhecido e experimentado no passado (espaço de experiências) e as possibilidades que se apresentam ao futuro (horizonte de expectativas).

Apoiando-nos nas ideias de Koselleck, tentamos entender o processo de ressignificação dos princípios e conceitos (diacronia) e colocar em evidência a consolidação das diversas percepções, construídas em épocas diferentes. A Arquivologia não é fruto apenas de uma teoria ou uma evolução linear. Ela se constrói a partir de várias vertentes com ideias contraditórias, conflituosas ou até semelhantes.

Geralmente, esses autores dão ênfase a determinados assuntos em detrimento de outros, devido às especificidades espaço-temporais de suas pesquisas, experiências profissionais e/ou interesses particulares.

Nesta pesquisa, tentamos entender quais são os discursos no âmbito da comunidade científica arquivística. A princípio, tendemos a interpretar como se houvesse uma polarização entre abordagens “custodiais” *versus* “pós-custodiais”, em que os discursos da Arquivologia “Pós-Custodial” ou “Pós-Moderna” representariam o pensamento “novo” e “contemporâneo” que desmistifica a fisicalidade dos documentos, enquanto o “antigo” e “custodial” seriam velhos, ultrapassados e não teriam mais valor, o que não foi demonstrado durante a pesquisa. Pelo contrário, vimos o importante papel das abordagens “custodiais” para os novos contextos de produção documental digital, das quais destacamos as contribuições de Luciana Duranti e seus respectivos projetos de pesquisa com o trato dos documentos digitais.

Compreendemos que a Arquivologia está passando por um período de grandes mudanças impulsionadas pelos documentos arquivísticos digitais. Porém, temos que tomar cuidado ao tentarmos consolidar a área baseando-nos apenas em discursos que se dizem “inovadores” e que parecem ser mais adequados por possuírem a denominação “pós-custodial” ou “pós-moderna”. Devemos ter cautela no mundo acadêmico contemporâneo, onde os cientistas preocupam-se cada vez mais com a desconstrução crítica dos pressupostos tradicionais através de vários modos de análise e nem sempre com argumentações científicas robustas.

Outro ponto a ser destacado é que as diferentes abordagens, muitas vezes, expressam as mesmas ideias, só que a partir de termos e conceitos diferentes. Por exemplo, a Arquivística Integrada, ao invés de utilizar o termo “documento de arquivo”, usa “informação orgânica”. Logo após, conceitua a informação orgânica como “aquela que é elaborada, enviada ou recebida no âmbito da missão da organização”. Percebemos que estão falando sobre o mesmo conceito de documento de arquivo. Porém, utilizam termos diferentes, como se o termo “informação” fosse mais atual que “documento”. Pode ser que seja pelo fato de associarmos a palavra “documento” à sua característica física, antes da chegada do documento digital, ou também por estarmos em uma “Era da Informação” e, conseqüentemente, tem-se uma

preocupação e tentativa de adequar os discursos na obtenção de vantagens na disputa do conhecimento científico.

Observamos também a ideia “inovadora” das abordagens “pós-custodiais”, ao mencionar a prevalência do “contexto por trás do texto”, onde o contexto seria mais importante que o conteúdo do documento. Ao explorarmos as diferentes ideias de cada vertente, identificamos que praticamente todas parecem ter a mesma referência, só que de maneira diferente. Jenkinson (1922) afirma que a verdade arquivística está relacionada ao contexto de criação; Casanova (1928) diz que a recuperação da informação envolve o contexto de criação; Brenneke (1953) declara que o princípio da proveniência é a representação intelectual do contexto de produção dos documentos e que através da descrição é possível representá-lo; Cook (1997) anuncia que o foco é o “contexto por trás do texto”; Thomassen (1999) alega que o novo objeto da Arquivologia, o *process-bound information*, possibilita a recuperação contextual; e, Duranti (1996) proclama uma nova abordagem do princípio da proveniência baseada no contexto da produção documental. Ou seja, as abordagens possuem propósitos semelhantes, mas utilizam termos e métodos diferentes. Por exemplo, Duranti afirma que a partir do estudo da forma documental é possível identificar o contexto de produção, enquanto que Cook faz o caminho inverso e analisa do sentido do “criador” para o documento, buscando uma melhor compreensão da função e das atividades que o geraram.

Por fim, entendemos esses tipos de embates como algo próprio do campo científico e que o diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia é possível e passível de maior rigor e análise crítica, na medida em que ideias e discursos forem confrontados, comparados e contextualizados. Nesse sentido, esta pesquisa foi feita com o propósito de contribuir, ainda que nos limites de uma dissertação de cunho descritivo e bibliográfico, para a reflexão e o debate acerca desse tema.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de termos arquivísticos**: subsídios para uma terminologia brasileira. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9578**: Arquivo – Terminologia. Rio de Janeiro, 1986.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo, 1990.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BANTIN, P. C. Strategies for Managing Electronic Records: a new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? **Archival Issues**, v.23, n.1 p. 17-34, 1998.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jan. 1991.

BRENNEKE, Adolf. **Archivistica**: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea. Milano: Per i tipi dell'editore, 1968.

BROOKS, P. C. The selection of records for preservation. **The American Archivist**, v.3, n. 4, p. 221-234, 1940.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. 2ª. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: fim de milênio.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, n. 43, p. 17–63, 1997.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. n. 1, p. 3-24, 2001a. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/cook-t-postmod-p1-00.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

COOK, T. Faschionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. **Archivaria**, v. 51, p. 14-35, 2001b.

COOK, T. Macroappraisal in Theory and Practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000. **Archival Science**, vol. 5, 2005, p. 101-161.

COOK, T. Electronic Records, Paper Minds: The Revolution in Information Management and Archives in the Post-Custodial and Post-Modernist Era. **Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research**, v.1, p. 399-443. 2007.

COSTA FILHO, C. **Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao Pós-Custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação.** 2016. 185 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DOLLAR, C. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos; algumas considerações. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Novas tecnologias em arquivos.** v. 7. n. 1 -2. p. 3-38, (jan./dez.1994). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Tradução Adelina Novaes Cruz. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 49-64, 1994.

DURANTI, L. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**, 11, p.213-218, 1997.

DURANTI, L. The impact of digital technology on archival science. **Archival Science**, n.1, p. 39-55. 2001.

DURANTI, L. Diplomatics. **Encyclopedia of Library and Information Science**. Third Edition, p. 1-9, 2009.

DURANTI, L.; EASTWOOD, T; MACNEIL, H. **Preservation of the integrity of electronic records**. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002.

DURANTI, L.; FRANKS, P. C. **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield. 2015. Paginação irregular.

DURANTI, L.; MACNEIL, H. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. **Archivaria**, n. 42, p. 46-67, Fall 1996.

DURANTI, L.; PRESTON, R. **International research on permanent authentic records in electronic systems (InterPARES 2)**: experimental, interactive and dynamic records. Roma: Anai, 2008.

FUGUERAS, R. A.; MUNDET, J. R. C. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. 3ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Que es un archivo?**. Gijón: Ediciones Trea, 2007.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making**. Londres: Oxford, 1922.

KETELAAR, E. Time future contained in time past: archival science in the 21st century. **Journal of the Japan Society for Archival Science**, n. 1, p. 20-35, 2004.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago, 1962.

KUROKI, I. F. M. **Demarcações conceituais dos princípios científicos da arquivologia e da ciência da informação**: contribuições para a configuração científica das disciplinas no Campo da Informação. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: 34, 1993.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: 34, 1996.

LÉVY, P. **A esfera semântica**: Tomo 1: computação, cognição, economia da informação. São Paulo: Annablume, 2014.

MARQUES, A. A. da C. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, A. A. da C. **A arquivologia brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interloquções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

MCKEMMISH, Sue et. al. (Orgs.) **Archives**: recordkeeping in society. Wagga: Centre for Information Studies, 2005. Paginação irregular.

MERTON, R. **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970.

NAGEL, R.; FREITAS, M. J. R. de; **Dicionário de termos arquivísticos**: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2. ed. 1991.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. **Glossary of Recordkeeping Terminology**. Camberra, 2005. Disponível em: <http://pandora.nla.gov.au/pan/52999/20050926-0000/www.naa.gov.au/recordkeeping/rkpubs/recordkeeping_glossary.pdf>. Acesso em 25 jan. 2019.

PESSIS-PASTERNAK, G. **Do caos à inteligência artificial**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

RABELLO, R. História dos conceitos e a ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, n. 26, 2ºsem. 2008.

RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Modern Archives**: Principles and Techniques. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, P. J. The record group concept: a case for abandonment. **The American Archivist**, v. 29, n. 4, p. 493-504, 1966.

SILVA, A.B.M. da *et. al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2009.

SILVA, M. **O arquivo e o lugar**: a custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos. Niterói: Eduff, 2017.

THOMASSEN, T. The development of archival science and its European dimension. **Archol**: Archivistika On Line, Stockholm, 1999. Disponível em: <<http://z-a-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>> Acesso em: 18 abr. 2018.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2010.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Ciência, verdade e sociedade**: contribuições para um diálogo entre Sociologia e a Filosofia da Ciência. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2012. Paginação irregular.

TSCHAN, R. A comparison of Jenkinson and Schellenberg on appraisal. **The American Archivist**. 65 (2): 176–195, 2002.

UPWARD, F. Structuring the Records Continuum – Part One: Postcustodial principles and properties. **Archives and Manuscripts**, v. 24, n. 2, pt. 1, p. 268–285, 1996.

YEO, Geoffrey. Concepts of record: evidence, information and persistent representation. **The American Archivists**, v. 70, p. 315-343, 2007.